

Demonstrações Financeiras

Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE

31 de dezembro de 2018 e 2017

com Relatório do Auditor Independente

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE de 2018 em cumprimento às disposições legais e estatutárias.

Acompanhando o cenário do Brasil e do estado do Rio de Janeiro, em que os últimos anos foram de grave crise econômica no Estado e no país, a CEDAE – mesmo com as adversidades deste período – avançou em suas ações e não só conseguiu cumprir suas obrigações, como pôde dar continuidade aos grandes investimentos planejados. Projetos estes tão necessários para a concretização do compromisso junto à sociedade e para alcançar o objetivo principal de melhorar o abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Com a implantação de um novo modelo de gestão na CEDAE, a Companhia pode reverter o quadro do saneamento do Rio nos últimos anos. A CEDAE possui hoje uma carteira de investimentos de mais de R\$ 4 bilhões, o que representa uma das maiores carteiras de investimento em saneamento do país. Cabe informar que a Companhia terminou o ano de 2018 com uma das maiores receitas operacionais entre as empresas de saneamento da América Latina. Além disso, a CEDAE pôde encerrar o ano com o maior caixa corrente da história da Companhia.

A forma satisfatória com que a CEDAE vem gerenciando seus negócios – com solidez e progressos significativos – permitiu que a Companhia passasse a ter acesso ao Mercado de Capitais por meio de novas operações de crédito e cessão de recebíveis com resultados positivos desde 2007. Com a reestruturação financeira superada, a Companhia priorizou o planejamento e a execução de um programa de investimentos com capital próprio, sempre tendo em vista a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população e a evolução de desempenho operacional.

Os seguidos lucros apontados nos últimos balanços, auditados há dez anos por empresas dentre as mais renomadas do mercado mundial, reforçam a eficiência, o comprometimento e a transparência do trabalho que vem sendo executado pela empresa. Utilizando modernas ferramentas de gestão, a Companhia vem evoluindo em indicadores financeiros, operacionais e sociais. Inclusive, em 2018, a CEDAE foi reconhecida como a melhor empresa do setor de Infraestrutura na edição especial Melhores e Maiores, da EXAME. O prêmio leva em consideração informações como o crescimento das vendas líquidas, lucro líquido, patrimônio líquido, margem das vendas, rentabilidade e riqueza gerada por empregado, entre outros.

Outra conquista da Companhia em 2018 foi a histórica decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal reconhecendo o direito da CEDAE à imunidade tributária recíproca. Com essa decisão, já transitada em julgado, a Companhia deixa de recolher impostos federais, como imposto de renda, o que implica na economia anual de centenas de milhões de reais para os seus cofres, que podem ser diretamente investidos na atividade fim da empresa, tornando-a um dos maiores players de saneamento do país.

Prova do compromisso da CEDAE com a população é o Programa de Abastecimento da Baixada Fluminense e o Novo Guandu, maior investimento em saneamento do Brasil, orçado em R\$ 3,4 bilhões que a Companhia vem executando com a máxima dedicação e eficiência. As obras estão em andamento e alguns sistemas já foram concluídos e hoje estão em operação. O pacote

Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



de obras inclui a construção da nova estação de tratamento de água (Novo Guandu) que terá capacidade de produção de 12 mil litros de água por segundo e contará, na primeira fase, com reservatório de 55 milhões de litros de água; assentamento de 109 km de adutora; implantação de 30 elevatórias, além da reforma de quatro; construção de 23 reservatórios e reforma de mais nove.

A primeira etapa do programa realiza obras estruturantes de reservatórios, troncos e adutoras. Foram implantadas a adutora de Nilópolis a São João de Meriti e os reservatórios de Queimados, no município de mesmo nome, Cabuçu Alto e Cabuçu Baixo, em Nova Iguaçu; além do *booster* (conjunto de bombas que regula a pressão na rede de distribuição de água) do Sistema Austin, também em Nova Iguaçu. E estão em fase de conclusão os sistemas de abastecimento de Graça, em Belford Roxo, e Olavo Bilac, em Duque de Caxias.

A segunda etapa, também já em andamento, inclui a construção da Estação de Tratamento de Água (ETA) Novo Guandu. A ETA tem capacidade de produção de mais de 12 mil litros de água por segundo, e já na primeira etapa contará com um reservatório para 55 milhões de litros. Será o maior reservatório da CEDAE.

Já a terceira parte do programa de abastecimento da Baixada é voltada às obras de abastecimento e à construção de outras estações de tratamento de água, como em Xerém e Campos Elísios, em Duque de Caxias. Até a conclusão de todas as etapas, o programa poderá realizar cerca de 300 mil ligações domiciliares.

E não se trata apenas do abastecimento do Grande Rio, este conjunto de obras está transformando também a realidade econômica de toda a região. As obras da CEDAE criaram, entre 2015 e 2018, cerca de 19,5 mil empregos diretos e indiretos. Somente em 2018 mais de 7,5 mil postos de trabalho – entre empregos diretos e indiretos - foram gerados pelas obras da CEDAE na região.

Além disso, este programa tem sido usado pela Caixa Econômica Federal como exemplo positivo de gestão de obra pública no país. É importante destacar que os investimentos e custeio da CEDAE são realizados por meio de recursos próprios, não sendo dependente do Estado para nenhuma de suas obrigações.

Este conjunto de obras nos diversos municípios da Baixada Fluminense é, sem dúvida, um marco para o saneamento do estado e uma das maiores conquistas da Companhia.

É importante lembrar que nesse avanço de ações, a Companhia também passou a ter suas atividades reguladas por Agência Reguladora desde 2015 e a sua Governança é hoje benchmarking para as empresas do Estado. A CEDAE já está integralmente em conformidade com a nova Lei Federal das Estatais, de forma clara e transparente, merecendo destaque as adaptações já realizadas para adequação às exigências da Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 46.188/2017.

Na auditoria de seus indicadores e atividades, a empresa possui, além do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Elegibilidade, Comitê de Ética e Canal de Ética independente. Com isso, a CEDAE avança nas boas práticas de Governança Corporativa estimulando para toda a Companhia o uso de instrumentos efetivos de governança, como Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Compliance.

A CEDAE também busca em suas atividades, promover ações ambientais e sociais para avançar e garantir melhorias significativas para o ambiente e sociedade. Neste sentido, o Programa socioambiental “Replantando Vida” se destacou mais uma vez, recebendo o Selo Resgata, do

Ministério da Justiça e Segurança Pública. No estado do Rio de Janeiro, apenas a CEDAE recebeu tal homenagem pelo trabalho de inserção de apenados no mercado de trabalho.

Cerca de 3 mil apenados já passaram pelo programa socioambiental Replantando Vida. Atualmente, 404 apenados estão empregados na CEDAE, exercendo atividades diversas nas unidades da Companhia (serviços gerais, produção de uniformes da empresa e nos viveiros para cultivo e plantio de mudas). O programa conta com sete viveiros florestais, com capacidade de produzir, juntos, um milhão de mudas florestais por ano. Em 2018 um novo espaço de criação de mudas foi incorporado, o Viveiro Florestal Bióloga Maria de Fátima Rodrigues Ferreira, que fica na Caixa Velha da Tijuca, no Rio de Janeiro. Este viveiro destina-se, principalmente, a espécies ameaçadas de extinção.

O programa conta com 243 espécies nativas da Mata Atlântica utilizadas, prioritariamente, nos plantios para a proteção de nascentes e mananciais hídricos que atendem ao Estado do Rio de Janeiro.

Outros trabalhos ambientais continuam em andamento, como a já reconhecida e premiada utilização do lodo, oriundo do tratamento das estações de esgotamento sanitário, como adubo para a produção de mudas.

E nessa busca constante por maneiras de aprimorar, oferecer oportunidades para jovens e fazer a diferença no que diz respeito ao aspecto social, a CEDAE possui o Programa Jovem Aprendiz, no qual já participaram 1418 adolescentes, sendo 42 Pessoas com Deficiência Intelectual.

Outra atenção constante da empresa é estar sempre alinhada às melhores práticas de gestão com o objetivo de aumentar a eficiência e aprimorar suas estruturas e as atividades desenvolvidas. Uma das ações que demonstra esse objetivo foi a renovação da Certificação ISO 9001, pela Gerência Guandu-Lameirão. O Selo ISO 9001 é a principal referência para empresas que tenham implantado o Sistema de Gestão da Qualidade.

A melhoria na prestação dos serviços e o aprimoramento dos processos de controle da qualidade da água fornecida à população são objetivos precípuos de uma empresa de saneamento. Neste sentido, a CEDAE vem se modernizando e aparelhando o laboratório central de controle de qualidade para atender a uma demanda cada vez mais crescente dos órgãos reguladores e de fiscalização. Em 2018 a CEDAE fez a aquisição de um Cromatógrafo líquido de alta performance garantindo a autonomia analítica dos seus processos de controle da qualidade. Mais um passo em busca da excelência na prestação de serviços à população carioca.

Ao longo do ano diversas ações da Companhia estiveram em andamento, como o Programa CEDAE Presente, que visa regularizar e implantar novas ligações em locais já providos de abastecimento; e o Combate a Fraude, que conta com operações rotineiras para coibir ligações clandestinas, ação essa que só em 2018 realizou cerca de 4900 atuações. A CEDAE também conta com dois projetos voltados para coibir lançamentos irregulares de esgoto: o Força Tarefa Canal das Taxas, que conta com a parceria de diversos órgãos, e o Programa Esgoto na ETE, que realiza vistorias para identificar imóveis que ainda não estão conectados à rede de esgotamento e pode orientar a forma correta de conexão na rede de esgoto.

O ano de 2018 foi de muita austeridade e aprendizado diante da crise econômica do Estado. E esse próximo ano será de muito trabalho, dificuldades a serem superadas e conquistas a alcançar. Para a CEDAE continuar no caminho de melhorias, serão realizadas as ações previstas no Planejamento Estratégico da Companhia, o que permitirá continuar os investimentos em curso e os projetos que estão em andamento.

O caminho em 2019 será de desafios, mas os obstáculos serão vencidos com trabalho e determinação de uma gestão eficiente. A CEDAE avançará como empresa, sempre tendo em

Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



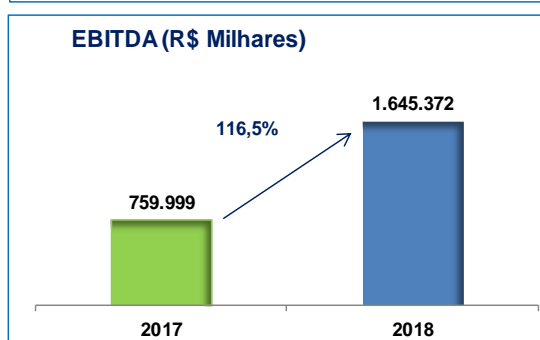
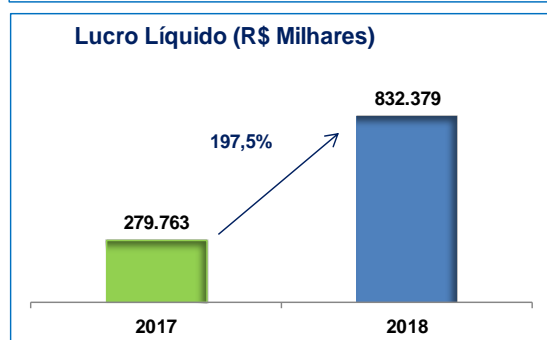
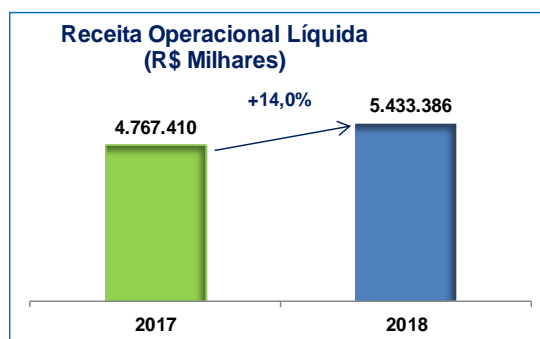
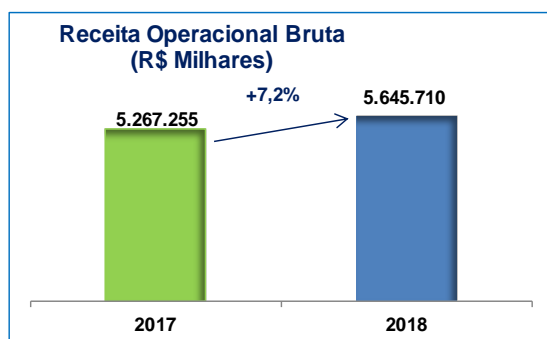
vista a excelência na prestação de serviços de saneamento básico dentro de sua área de atendimento e objetivando proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro.

Cordialmente

Hélio Cabral Moreira
Presidente

2 DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Descrição – R\$ Milhares	2018	2017	Var. %
Receita Operacional Bruta	5.645.710	5.267.255	7,2%
Receita Operacional Líquida	5.433.386	4.767.410	14,0%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	1.390.013	483.505	187,5%
Resultado Financeiro Líquido	72.165	24.403	195,7%
EBITDA	1.645.372	759.999	116,5%
Lucro Líquido	832.379	279.763	197,5%



Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Indicadores Financeiros			
Descrição – R\$ Milhares	2018	2017	Var. %
Ativo Total	14.617.619	13.629.096	7,3%
Caixa/ Aplicações Financeiras/ Equivalentes	533.121	191.160	178,9%
Patrimônio Líquido	7.822.945	5.959.943	31,3%
Dívida Financeira Líquida (Nota explicativa 5.2)	169.926	589.117	-71,2%
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	0,10	0,78	86,7%

3 CENÁRIO ECONÔMICO

O quadro atual da economia brasileira é de recuperação, depois de dois anos seguidos de queda, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu consecutivamente por dois anos, alcançando 1,1% em 2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o reordenamento das expectativas em vistas à mudança de governo após ano eleitoral e anseio pela reversão do ciclo econômico, espera-se pelos agentes econômicos, que o indicador cresça mais do que 2% em 2019.

Apesar do crescimento, o desempenho da economia brasileira em 2018 foi abaixo das expectativas dos agentes, e inferior à média mundial e de países emergentes. Segundo o relatório “Panorama da Economia Mundial” do Fundo Monetário Internacional (FMI) de janeiro de 2019, a taxa de crescimento global estimada para 2018 é de 3,7%, já para 2019 é projetado um crescimento de 3,5%, e demonstra latente incerteza relacionada à desaceleração econômica global e aos efeitos das sanções comerciais entre China e Estados Unidos. Utilizando as informações do mesmo relatório, observamos que o crescimento do Brasil em 2018 foi o mesmo verificado na América Latina e Caribe, 1,1%, e distante dos demais países em desenvolvimento e emergentes, 4,6%. Entre os últimos vales destacar o crescimento da China, 6,6%, e da Índia, 7,3%.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 3,69% em 2018, ficando abaixo do centro da meta de inflação de 4,5%. Tendo em vista o ancoramento das expectativas se manteve estável ao longo de 2018, a variação esperada para o IPCA em 2019 é maior do que 3,5%, se aproximando do centro da meta de inflação que se manteve em 4,5%.

O COPOM (Comitê de Política Monetária) reduziu, ao longo de 2018, a meta da taxa Selic de 7,00% a.a. para 6,50% a.a. Considerando a persistência do cenário de incerteza referente a desaceleração econômica global e à turbulência no comércio internacional, o último relatório do COPOM de Fevereiro não indica, porém, expectativa da trajetória da Selic. A meta da Selic é usada como referência para o país, assim os juros mais baixos podem estimular os investimentos nos setores produtivos da economia. A taxa de investimento nominal (% do PIB) se encontra em um nível baixo, fechou o ano de 2018 em 15,8% evidenciando ligeiro aumento em relação ao mesmo período de 2017, 15,0%.

O desemprego fechou o trimestre outubro-dezembro de 2018 em 11,6%, ou seja, permaneceu próximo ao verificado no quarto trimestre de 2017, quando foi de 11,8%. Esforços relativos às reformas fiscal, previdenciária e trabalhista para o ano de 2019 aspiram nivelar as expectativas dos agentes econômicos para sustentar uma trajetória de recuperação do nível de desemprego para o médio e longo prazo.

A Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB) terminou o ano de 2018 em 53,8%, aumentando sensivelmente em relação a dezembro de 2017, quando era 51,6%. A expectativa é que haja no médio prazo, uma queda do indicador em decorrência dos esforços de mitigação dos déficits fiscais.

Enfim, o cenário brasileiro é de recuperação econômica, mas ainda abaixo do crescimento do resto do mundo, sobretudo se compararmos com países em desenvolvimento. Os destaques positivos são a redução da meta Selic e o controle da inflação. Pelo lado negativo destacam-se a manutenção da elevada taxa de desemprego, o desajuste das contas públicas, o baixo nível de investimento e as incertezas referentes ao crescimento global.

4 SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

O panorama do setor de saneamento não pode ser entendido sem ressaltar a influência do PLANASA (Plano Nacional de Saneamento Básico) instituído no fim da década de 60 e que durou até o final dos anos 80. O plano era sustentado pelo Sistema Financeiro do Saneamento (SFS) e operado pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) cuja criação foi estimulada em todos os Estados da federação.

As CESBs, como a CEDAE, têm área de abrangência regional e são formadas para atender a diversos municípios. Elas contrastam com as empresas locais, que são serviços municipais (públicos ou privados) que atendem a apenas um município, mas que eventualmente podem atender a municípios próximos. Ainda hoje as CESBs são os principais prestadores dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Com o fim do PLANASA, as décadas de 90 e 2000 foram marcadas por intensos debates sobre a criação de uma estrutura regulatória para o setor. Desse modo a lei 11.445 de 2007, Lei Nacional do Saneamento Básico (LNSB), juntamente com o Decreto Federal nº 7.217 de 21 de junho de 2010 formam o marco regulatório do setor que tem como objetivo principal a universalização dos serviços de abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgotos.

A LNSB definiu como princípios básicos, além da universalização, para a elaboração de políticas de saneamento: i) incentivo à saúde pública; ii) proteção ambiental; e iii) participação e controle social.

Os investimentos no setor possuem duas fontes principais de recursos: i) Recursos Onerosos: provenientes dos fundos financiadores - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerido pela Caixa Econômica Federal, e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), gerido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); ii) Recursos Não Onerosos: oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), e de orçamentos dos Estados e Municípios.

Além das fontes tradicionais citadas, as Companhias do setor vêm acessando o mercado de capitais para obter uma maior captação de recursos. Desde 2007 a CEDAE vem captando recursos junto ao mercado de capitais por meio da emissão de debêntures. Destaca-se ainda que, ao final de 2014, a Companhia estruturou duas novas operações: a emissão de Cédulas de Crédito Bancário junto à CAIXA, cujos recursos serão voltados para investimentos na ampliação da capacidade de abastecimento de água para a Baixada Fluminense; e a captação por meio de debêntures de infraestrutura junto ao BNDES, direcionada a investimentos na renovação da rede e redução de perdas.

No Rio de Janeiro, área de atuação da Companhia, a CEDAE se destacou por uma opção espontânea e acordada com o Governo do Estado para a firmação de protocolo com vistas ao estabelecimento de convênio com a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA no final do ano de 2012. A firmação representa

importante avanço na direção da implantação de um marco regulatório para o setor de saneamento básico no Estado.

O principal desafio a ser enfrentado pelo setor de saneamento se refere à coleta e o tratamento de esgoto. Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), em 2017 apenas 52,4% dos esgotos gerados foram coletados e destes, apenas 73,7% foram tratados.

Outra característica relevante do setor são as elevadas perdas de água na distribuição que, segundo o SNIS, atingiram 38,3% no Brasil. Apesar das perdas sempre acontecerem em qualquer sistema de abastecimento de água, o índice ainda é bastante elevado e deve ser diminuído por meio de melhor gestão por parte das operadoras.

5 SITUAÇÃO HÍDRICA NO RIO DE JANEIRO

O período crítico da escassez hídrica na região sudeste ocorreu nos anos de 2014 e 2015. Durante o ano de 2016, os níveis dos reservatórios de cabeceira do sistema Paraíba do Sul foram recuperados.

No ano de 2018 a curva de armazenamento do volume equivalente permaneceu a maior parte do tempo abaixo do ano de 2017, contudo, ao final do ano de 2018 ocorreu um acréscimo no volume dos reservatórios de modo a superar a curva de armazenamento nos meses finais de 2017.

Desta forma, podemos dizer que o ano de 2018 não apresentou ameaças de crise hídrica e observou-se a perfeita manutenção da produção cujos sistemas tem como fonte o rio Paraíba do Sul e o rio Guandu. Salienta-se que ao longo de todo o ano de 2018 não houve redução na defluência na transposição para o rio Guandu e também o sistema de produção do Guandu não foi afetado por diminuição da oferta hídrica.

A CEDAE continua com suas ações de Redução de Perdas, campanhas de educação ambiental e conscientização do uso racional da água e obras de melhorias nas captações com o objetivo de garantir a segurança operacional e se preparar para possíveis secas futuras.

Cabe ainda destacar que outros sistemas de abastecimento como o Imunana-Laranjal, cuja fonte de água provém dos rios Macacu e Guapiaçu, além de alguns sistemas menores no interior do Estado, tiveram pequenos impactos no período de seca, mas que não se comparam ao período da crise hídrica nos anos de 2014 e 2015.

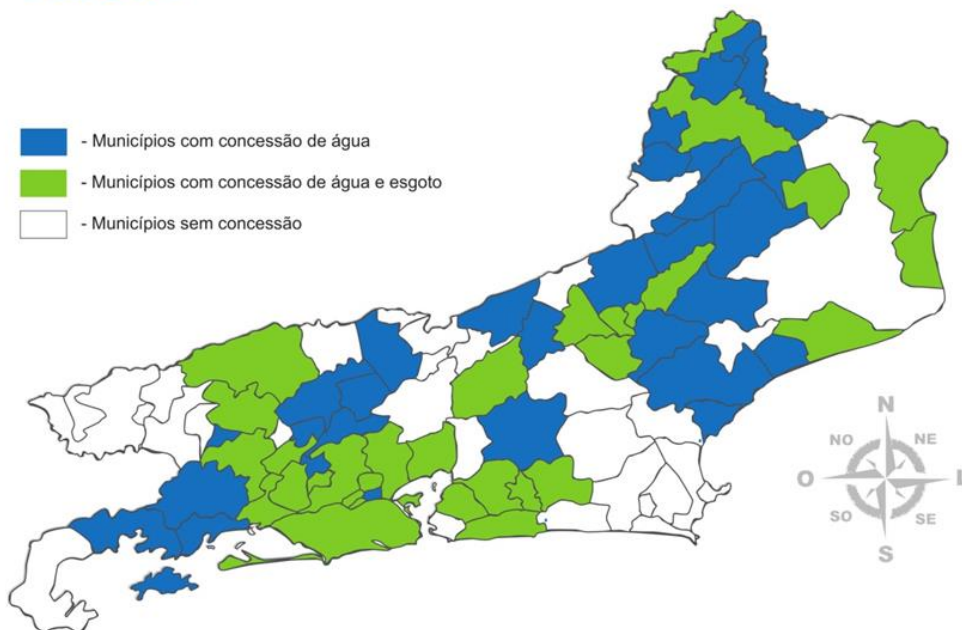
6 PERFIL DA COMPANHIA E ÁREA DE ATUAÇÃO

A CEDAE é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro, tem como acionista majoritário o Governo do Estado do Rio de Janeiro e presta serviços de fornecimento de água potável, coleta, tratamento e disposição final de esgotos.

Responsável por aproximadamente 77% de nossa Receita Bruta, o município do Rio de Janeiro, é o 2º maior PIB do Brasil, conforme dados mais recentes do IBGE. O Contrato de Programa do Município do Rio de Janeiro foi assinado em 2007 e prevê a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo período de 50 anos, prorrogáveis por mais 50, observadas as condições contratuais. Nossos demais Contratos de Programa possuem prazos médios de vigência de 30 anos, com renovação automática por mais 30.



Mapa do Estado do Rio de Janeiro



7 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Atualmente temos 695 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações, e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA



Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



8.1 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No Exercício Social de 2018, a Companhia obteve Lucro Líquido de R\$ 832.379. Baseada no Estatuto Social da Companhia e na Lei Federal 6.404/76, e com base nos resultados do ano de 2018, a Companhia calculou a Reserva Legal, o Lucro Líquido Ajustado e o Dividendo Obrigatório, conforme descrito na tabela abaixo:

Lucro Líquido do Exercício – 2018	
(-) Reserva Legal (5%) (R\$ Milhares)	41.619
(=) Lucro Líquido Ajustado (R\$ Milhares)	832.379
Dividendos Obrigatórios (25%) (R\$ Milhares)	197.690
Quantidade de ações ordinárias	629.071.608
Valor dos dividendos por ação ordinária (R\$)	0,31

8 INDICADORES OPERACIONAIS

Informações Operacionais	2018	2017	Var. %
Índice de Atendimento de Água (%)	87,05	88,13	-1,23
Índice de Atendimento de Esgoto (%)	36,82	37,34	-1,39
População Atendida com Abastecimento de Água (Em Milhões de Hab.)	12,27	12,10	1,40
População Atendida com Coleta de Esgoto (Em Milhões de Hab.)	3,85	3,83	0,52
Ligações de Água (Em Milhares)	1.982,02	1.947,70	1,76
Ligações de Esgoto (Em Milhares)	472,93	471,10	0,39
Hidrometração (%)	68,35	68,48	-0,18
Volume Faturado de Água (Em Milhões de m³)	731,81	722,59	1,27
Volume Faturado de Esgoto (Em Milhões de m³)	325,62	317,5	2,56

9 DESEMPENHO FINANCEIRO

9.1 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

O aumento da receita de serviços proporcionou um acréscimo da receita operacional bruta da Companhia, que totalizou R\$ 5.645.710 em 2018 (R\$ 5.267.255 em 2017), aumento de 7,2% (ou R\$ 348.455) em relação ao montante registrado no ano anterior.

9.2 REAJUSTES TARIFÁRIOS

Em 2018, a CEDAE aplicou reajustes em suas tarifas com o efeito percebidos pelos consumidores de 12,34% para as tarifas praticadas em todas as categorias com exceção dos clientes enquadrados na tarifa social.

Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2018, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 4.043.373, redução de 5,6% (ou R\$ 240.532) em relação a 2017.

A composição dos custos e despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Descrição - R\$ Milhares	2018	2017	Var. %
1. Pessoal	1.113.427	1.140.111	-2,3%
2. Material	120.103	98.574	21,8%
3. Serviços de Terceiros	1.022.264	950.657	7,5%
4. Despesas Gerais	105.818	35.637	196,9%
5. Depreciações e Amortizações	275.929	276.494	-0,2%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	848.158	954.406	-11,1%
7. Provisões Contingências	408.401	647.834	-37,0%
8. Provisão Atuarial	239.768	233.797	2,6%
9. Outras despesas/receitas operacionais	(90.945)	(53.605)	69,7%
Despesas e Custos Operacionais	4.043.373	4.283.905	-5,6%

Os itens que mais contribuíram para a redução dos custos e despesas da CEDAE no ano de 2018 em comparação com 2017 foram:

- **Provisão para Devedores Duvidosos:** a redução se deu em função de parcelamentos de contas vencidas.
- **Provisão Contingências:** A redução deu em função de reversões e pagamentos em processos judiciais trabalhistas e cíveis.

9.4 GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

Em 2018, a CEDAE apresentou geração operacional consolidada de caixa de R\$ 1.645.372 contra R\$ 759.999 em 2017, ou seja, um aumento de 116,5% (ou R\$ 885.373) ocorrida em função do aumento do resultado operacional.

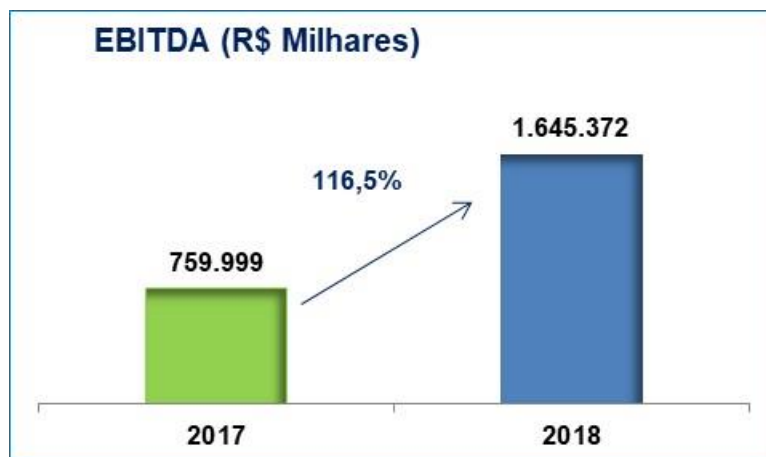
Descrição - R\$ Milhares	Exercício		
	2018	2017	Var. %
(=) EBIT	1.369.443	483.505	183,2%
<i>Margem EBIT (%)</i>	25,2%	10,1%	149,5%
(+) Depreciação e amortização	275.929	276.494	-0,2%
(=) EBITDA	1.645.372	759.999	116,5%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	30,3%	15,9%	90,0%

Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O comportamento do EBITDA da CEDAE no ano pode ser assim demonstrado:



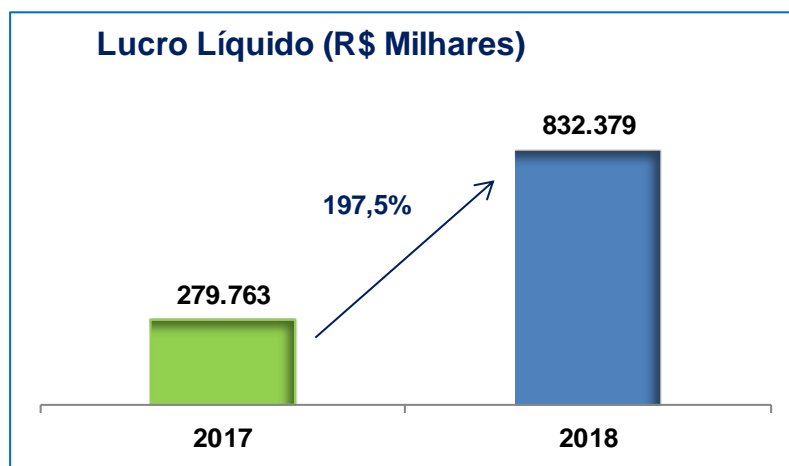
9.5 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 2018 apresentou uma receita financeira líquida de R\$ 72.165, contra receita financeira líquida de R\$ 24.403 em 2017, ou seja, uma melhora de R\$ 47.762 em relação ao exercício anterior, devido basicamente à redução nas despesas e ao aumento nas receitas financeiras.

9.6 LUCRO LÍQUIDO

A CEDAE registrou lucro líquido de R\$ 832.379 em 2018, representando um aumento de 197,5% em relação ao lucro de R\$ 279.763 registrado em 2017. Esse aumento decorre da redução dos custos e despesas operacionais.

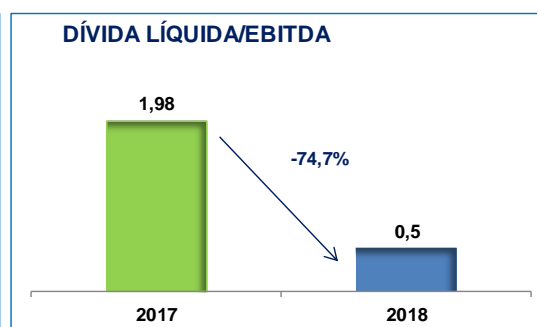
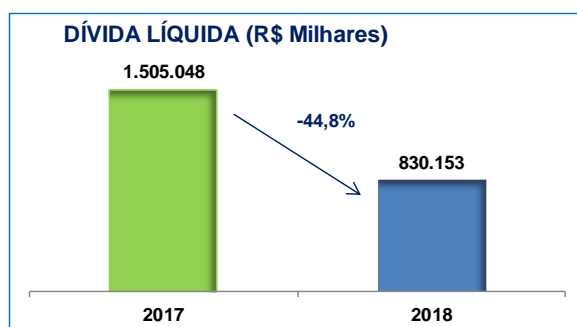
Composição do Lucro Líquido R\$ Milhares	Exercício		
	2018	2017	Var. %
(+) Resultado antes do resultado financeiro	1.390.013	483.505	187,5%
(+/-) Resultado financeiro	72.165	24.403	195,7%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	(629.799)	(228.145)	-176,1%
(=) Lucro Líquido	832.379	279.763	197,5%



10 ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO

Descrição - R\$ Milhares	2018	2017	Var. %
Empréstimos e Financiamentos	703.047	780.277	-9,9%
Passivo Atuarial*	660.227	915.931	-27,9%
Total da Dívida Bruta	1.363.274	1.696.208	-19,6%
Disponibilidade	533.121	191.160	178,9%
Total da Dívida Líquida	830.153	1.505.048	-44,8%
EBITDA	1.645.372	759.999	116,5%
Dívida Líquida/EBITDA	0,50	1,98	-74,7%
PL	7.822.945	5.959.943	31,3%
Dívida Líquida/PL	0,11	0,25	-56,0%

*Refere-se à Dívida da Prece nota 19 das notas explicativas (31/12/2018).



Emissão de Cédula de Crédito Bancário – CCB FGTS

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$1.076.595 (1ª tranche), em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$1.390.817 (2ª tranche) e em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$ 570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se às três tranches da operação de crédito de R\$3.037.500 que está sendo captada junto à Caixa Econômica Federal, e será utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na

Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento de água com produção de 12 mil litros por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também serão utilizados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios, e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares. A primeira e a segunda tranche do financiamento estão em fase de desembolso e a terceira tranche desta operação de crédito encontra-se na fase de cumprimento dos condicionantes contratuais.

O prazo para o desembolso dos recursos é de 12 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo constituído deste financiamento é de R\$385.940 (R\$ 276.297 em 31 de dezembro de 2017).

Segue abaixo uma breve descrição dos demais empréstimos e financiamentos da Companhia:

➤ CAIXA

Objeto	Vários contratos feitos com o objetivo de realizar melhorias e ampliações nas redes de água e esgoto.
Saldo devedor em 31/12/2018 (R\$ milhares)	R\$ 0,00
Juros	7 a 12% a.a. + UPR/TR
Vencimento	2020

➤ 5ª Emissão de Debêntures – BNDES/BNDESPAR

Objeto	Financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro
Saldo devedor em 31/12/2018 (R\$ milhares)	R\$ 84.964
Juros	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. e 2ª Série: Selic x 2,75% a.a.
Vencimento	2025

➤ 6ª Emissão de Debêntures da CEDAE

Objeto	Financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Companhia.
Saldo devedor em 31/12/2018 (R\$ milhares)	R\$ 129.722
Juros	CDI + 2,74% a.a.
Vencimento	2020

Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



➤ CAIXA – CCB FINISA

Objeto	Resgate antecipado da totalidade das debêntures da 4ª Emissão
Saldo devedor em 31/12/2018 (R\$ milhares)	R\$ 102.421
Juros	CDI + 3,01% a.a.
Vencimento	2020

➤ CAIXA – CCB FGTS 1ª Tranche

Objeto	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense
Saldo devedor em 31/12/2018 (R\$ milhares)	R\$ 358.829
Juros	TR + 8,5% a.a.
Vencimento	2038

➤ CAIXA – CCB FGTS 2ª Tranche

Objeto	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense
Saldo devedor em 31/12/2018 (R\$ milhares)	R\$ 27.111
Juros	TR + 8,5% a.a.
Vencimento	2039

11 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa é o sistema que dirige e monitora as organizações envolvendo todas as partes interessadas. Os princípios básicos da governança são Equidade, Transparência, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa.

- Equidade dá o tratamento justo dos sócios às demais partes interessadas (*stakeholders*).
- Transparência é a disponibilização para as partes interessadas de todas as informações necessárias para suas decisões.
- Prestação de Contas refere-se à responsabilidade das ações corporativas e sua informação de forma clara, concisa e em tempo hábil.
- Responsabilidade Corporativa é requerida aos agentes de governança na condução das atividades da companhia visando reduzir riscos e melhorar os aspectos positivos.

Esses agentes têm papel relevante no fortalecimento e na disseminação do propósito, dos princípios e dos valores da organização.

A CEDAE sempre de forma alinhada com a sua missão de prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário que contribuam para melhoria da qualidade de vida da população

Fluminense e do desenvolvimento socioeconômico, com rentabilidade, visando à satisfação da sociedade, dos clientes e dos acionistas, vem buscando o aperfeiçoamento das suas práticas de Governança Corporativa e para isso, envidando esforços para adequar suas atividades dentro dos padrões exigidos pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 que entre outras, aprimora os aspectos de governança das Sociedades de Economia Mista.

12 AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

12.1 AÇÕES VOLTADAS PARA A MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE TRATAMENTO E COLETA DE ESGOTO

CEDAE assenta travessia de 80 metros sobre o Rio Sarapuí

A CEDAE concluiu no dia 7 de março de 2018 o assentamento de uma travessia em arco de 80 metros sobre o Rio Sarapuí, próximo à Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Sarapuí, em Duque de Caxias. A tubulação de aço é um trecho da adutora de quatro quilômetros de extensão que integra o sistema de abastecimento Olavo Bilac.

O assentamento da tubulação exigiu o emprego de guindaste de 500 toneladas, que ergueu a tubulação e a treliça de perfil metálico de aço que lhe serve de suporte – que juntas pesam 44 toneladas – sobre o rio, para que fosse feita, então, a interligação entre a travessia e a adutora.

As intervenções são parte do pacote de obras de R\$ 3,4 bilhões - já em andamento - que reúne os programas Novo Guandu e Programa de Abastecimento de Água da Baixada Fluminense, que vão ampliar o fornecimento de água para toda a região da Baixada.

Obras de melhoria da oferta de água inauguradas em Conservatória

Foram inauguradas em abril de 2018, na Praça Getúlio Vargas, as obras de implantação do novo sistema de abastecimento de água no distrito de Conservatória. Com investimento de R\$ 7,5 milhões, provenientes da Secretaria de Estado do Ambiente, as obras beneficiam cerca de 12 mil pessoas, entre moradores e população flutuante.

Conservatória recebeu elevatória de água bruta com capacidade para bombear 40 litros por segundo; assentamento de adutora com 65 metros de extensão e 200 milímetros de diâmetro; Estação de Tratamento de Água metálica com vazão de 40 litros por segundo: construção de leito para secagem, estocagem e destinação final do lodo; elevatória de água tratada com capacidade para bombear 40 litros por segundo; e assentamento de adutora de água tratada com 775 metros de extensão e 250 milímetros de diâmetro.

A CEDAE assentou em Conservatória, 4.900 metros de tronco com diâmetros entre 50 e 300 milímetros, e executou 1,8 mil padronizações e novas ligações domiciliares com fornecimento de hidrômetros. Paralelamente às melhorias, foi implantado o Programa de Educação Ambiental, que visa repassar informações relativas ao meio ambiente, saúde, saneamento e preservação dos equipamentos implantados.

Inaugurado novo sistema de abastecimento em Nova Iguaçu

Foi inaugurado no dia 11 de maio de 2018, em Nova Iguaçu, o novo sistema de abastecimento de água de Cabuçu Baixo. Abastecido pela nova adutora da Baixada Fluminense, o sistema vai garantir a melhoria do fornecimento de água para as localidades de Cabuçu, Palhada, Valverde, Campo Alegre e Ipiranga, beneficiando diretamente uma população de 51 mil habitantes.

O sistema é composto pelo novo reservatório Cabuçu Baixo, com estrutura de concreto e capacidade de armazenar cinco milhões de litros de água; 32 quilômetros (km) de troncos distribuidores de água com diâmetros de 100 milímetros (mm) a 700 mm; 13 travessias sobre rios e 432 metros de tubulação adutora de 600 mm de diâmetro.

O novo sistema é parte do pacote de obras de R\$ 3,4 bilhões - já em andamento - que reúne os programas Novo Guandu e Programa de Abastecimento de Água da Baixada Fluminense, que vão ampliar o fornecimento de água para toda a região da Baixada.

Inauguração do Reservatório Queimados I, no Município de Queimados

O Sistema de Água de Queimados I, que foi inaugurado em junho de 2018, beneficia cerca de 90 mil habitantes, com investimento de aproximadamente R\$ 47 milhões. O reservatório tem estrutura de aço vitrificado, que garante maior agilidade na construção e reduz os custos de manutenção, assim como a geração de resíduos e escória durante as obras.

O Sistema é composto pelo Reservatório Queimados I com capacidade de 5 milhões de litros, assentamento de um quilômetro de adutoras com 500 milímetros de diâmetro, 21 quilômetros de troncos e 57 km de redes. As intervenções incluem ainda instalação de 10 mil ligações domiciliares.

Inauguração do Reservatório Cabuçu Alto, em Nova Iguaçu

O Sistema de Abastecimento de Cabuçu Alto, que foi inaugurado em setembro de 2018, é composto pelo novo Reservatório Cabuçu Alto, com capacidade de 5 milhões de litros de água, 2,2 km de rede de adução em 600 mm, 28 km de troncos distribuidores com diâmetros de 100 mm a 700 mm, 5 travessias sobre rios e um booster bombeando 200 l/s. Abastecido pela adutora Austin-Queimados, o sistema vai garantir a melhoria do fornecimento de água para as localidades de Riachão, Jardim Palmares, Campo Alegre e Palhada.

O reservatório Cabuçu Alto tem estrutura de aço vitrificado, que garante maior agilidade na construção e reduz a necessidade e os custos de manutenção, assim como a geração de resíduos e escória durante as obras. Com investimento de aproximadamente R\$ 54 milhões o sistema Cabuçu Alto beneficia uma população de 33 mil habitantes

Novo Booster Austin Queimados

O novo Booster Austin-Queimados, que foi inaugurado em junho de 2018, conta com três conjuntos de motor-bombas de 400 CV cada, sendo uma reserva. O equipamento opera em conjunto com os Reservatórios de Austin e Queimados, já existentes, e com os novos Reservatórios Queimados I e Camburi, ambos concluídos, reforçando o abastecimento nas localidades de Austin em Nova Iguaçu, e Jardim do Trevo, Santa Rosa, Vila São João, Meu Ranchinho, Santo Expedito, Vila Americana, Vila Nascente, Campo da Banha, Santa Catarina, Centro, Inconfidência, Parque Farias, em Queimados.

Foi investido no sistema, aproximadamente R\$ 32 milhões já incluído a Complementação da Adutora da Baixada que se encontra em execução, beneficiando uma população de 2 milhões de habitantes

Implantação do Sistema de Comportas da Marina da Glória

O Sistema de comportas propicia condições técnicas de operação do sistema de captação, em tempo seco, da Marina da Glória. Foram implantadas duas comportas automatizadas, interligadas ao CCO Leblon, nas saídas das galerias de águas pluviais dos Arcos e SEAERJ, com objetivo de eliminar entrada de água do mar no sistema de captação, bem como propiciar o perfeito escoamento das águas pluviais em dias chuvosos com altos índices pluviométricos. Foram investidos no sistema aproximadamente R\$ 880.000,00 beneficiando uma população de 74.860 habitantes.

Implantação do Esgotamento Sanitário do Centro de Instrução Almirante Alexandrino CIAA - Penha

Implantação de duas Linhas de Recalques, com interligação das Elevatórias existentes "A" - CIAA e "B" - BAMRJ aos coletores existentes de esgotos sanitários DN 700 (Rua Califórnia) e DN 1.800 (Rua Prof. Plínio Bastos), respectivamente, já interligados a ETE Penha. A implantação desse sistema permite coletar os esgotos oriundos da Marinha do Brasil e conduzi-los à ETE Penha, beneficiando uma população de 12.000 habitantes, com investimento de aproximadamente R\$ 600.000,00.

12.2 AÇÕES VOLTADAS PARA O MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

CEDAE promove Campanha de Doação de Sangue

A CEDAE realizou em abril, na sede da Cidade Nova, a Campanha de Doação de Sangue para auxiliar o Hemorio a reforçar o banco de sangue do Instituto. Duas salas foram disponibilizadas para montar a estrutura que recebeu mais de cem voluntários, tendo sido cadastrados 88 candidatos à doação, e um total de 71 bolsas de sangue coletadas.

Esta é a segunda Campanha de Doação de Sangue que a CEDAE organiza com o Hemorio para que os funcionários pudessem doar sangue no próprio local de trabalho e, assim, ajudar a abastecer o banco de sangue e derivados do Instituto, que atende a cerca de 200 unidades de saúde.

Curso de restauração florestal para apenados do sistema prisional

O Replantando Vida realizou a segunda edição do curso de capacitação em restauração florestal, nas dependências da colônia penal agrícola, em Magé. O curso conta com o apoio da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP) e da Fundação Santa Cabrini, responsável pela gestão da mão de obra prisional no estado do Rio de Janeiro.

A grade curricular foi elaborada aproveitando a experiência acadêmica dos professores voluntários, em consonância com as atividades desenvolvidas pelos apenados no Programa

Replantando Vida. O II Curso de Capacitação em restauração florestal tem sete módulos e carga horária de 122 horas, sendo 62 horas de aula teórica e 60 horas de aula prática. Os módulos abordam as atividades de restauração florestal, além da educação ambiental, que é uma atividade cada vez mais presente nas atividades florestais.

Companhia recebe Selo Resgata em Brasília

Única empresa do estado a ser agraciada com o Selo Resgata, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), a CEDAE recebeu no final de abril, em Brasília, a homenagem pelo trabalho de inserção de apenados no mercado de trabalho. Desde que foi implantado pela Companhia, em 2008, cerca de três mil apenados já passaram pelo Programa Replantando Vida.

O Selo Resgata é uma estratégia do MJ para incentivar e reconhecer a responsabilidade social de empresas, órgãos públicos e empreendimentos de economia solidária em todo o país com a causa da ressocialização de egressos do sistema prisional.

Além da recuperação ambiental dos mananciais hídricos, os apenados que participam do programa têm oportunidade de exercer outras tarefas na empresa, como serviços de copa, limpeza e conservação de prédios, e produção de uniformes da Companhia.

Os apenados que trabalham na CEDAE são beneficiários de um convênio firmado entre a Companhia e a Fundação Santa Cabrini (FSC), gestora do trabalho prisional no Estado do Rio de Janeiro. A capacitação é feita nos cursos com profissionais de referência, que envolvem professores universitários, mestres e doutores. Eles recebem remuneração pelo serviço prestado (salário mínimo nacional), auxílio transporte e alimentação, e ainda o benefício de redução de um dia de pena, a cada três dias trabalhados.

Como reconhecimento a esta iniciativa socioambiental da CEDAE, o Programa Replantando Vida, durante todos esses anos de existência, veio sendo agraciado com diversas premiações e sendo reconhecido pela mídia e em diferentes espaços de debate acadêmico. Há também empresas e instituições que buscam a Companhia para conhecer o trabalho desenvolvido, especialmente o que se refere à utilização da mão de obra carcerária.

12.3 OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

CEDAE é eleita a melhor empresa do país no setor de Infraestrutura A CEDAE foi escolhida pelo anuário Melhores & Maiores, da revista Exame, como a melhor empresa do setor de Infraestrutura do Brasil em 2017. O prêmio leva em consideração informações como o crescimento das vendas líquidas, lucro líquido, patrimônio líquido, margem das vendas, rentabilidade, entre outros. A receita da Companhia de 1,5 bilhão de dólares foi 7,5% superior ao ano anterior.

Com a premiação, a companhia salta da quarta posição – registrada em 2016 – para a liderança do ranking. As companhias foram analisadas pela Fipecafi, fundação ligada à Universidade de São Paulo. As Melhores & Maiores de 2018 da Revista Exame é um abrangente levantamento de companhias brasileiras que mais se destacaram em 20 setores da economia. No setor de infraestrutura, a CEDAE obteve a melhor soma de indicadores.

Pela expressão do prêmio, que é concedido há 45 anos pela revista Exame, representantes da Companhia estiveram em São Paulo e – em evento que contava com grandes empresas e autoridades de todo o Brasil – a CEDAE, uma empresa genuinamente pública, foi reconhecida sob aplausos como a melhor do país no seu setor de atuação.

Política de Porta-Vozes é implantada na Companhia

Com o objetivo de proporcionar qualidade, coerência e uniformidade às informações prestadas por empregados autorizados a falar em nome da empresa, a CEDAE implantou em janeiro sua Política de Porta-Vozes, aprovada pelo Conselho de Administração e aplicada a todo o quadro de pessoal. Tal instrumento - previsto na Lei 13.303/2016, que dispõe sobre estatuto jurídico de empresa pública e sociedade de economia mista - visa inibir eventuais contradições entre as diversas áreas da empresa, proporcionando mais agilidade e transparência na prestação de informações relacionadas à CEDAE.

Na CEDAE, o documento estabelece que todos os diretores executivos da Companhia são porta-vozes, respeitando-se o limite de suas áreas de atuação, podendo prestar informações ao público externo, desde que autorizados pelo presidente. E não é permitido a todos que compõem o quadro de pessoal falar em nome da CEDAE sem autorização, inclusive em redes sociais.

Outro item a considerar na política da Companhia é que as solicitações da imprensa devem, sempre que possível, passar pela Assessoria de Comunicação, para que seja identificada a finalidade e adequação da entrevista que deverá, preferencialmente, ser acompanhada por membro da ASE-ACOM. Esta política pertence às normativas do Código de Ética, principal instrumento da implantação e da gestão da ética organizacional na empresa.

Apoio da CEDAE garante sucesso do Carnaval na Sapucaí

Maior evento turístico da cidade do Rio de Janeiro, o Carnaval carioca contou mais uma vez com o apoio da CEDAE. O “bloco” da Companhia esteve presente em todos os dias de desfile na Avenida Marques de Sapucaí.

Cerca de 110 funcionários se revezavam em equipes de plantão 24 horas por dia direto no Sambódromo. Entre os quais, 40 aguadeiros presentes para hidratar os foliões, posicionados estrategicamente na concentração e dispersão dos desfiles distribuindo água gelada.

O controle de qualidade da água foi feito a partir de análises prévias na entrada de água para o Sambódromo e nos pontos de abastecimento das ‘bombonas’ dos aguadeiros, também houve controle permanente da qualidade da água distribuída e no monitoramento adequado do destino dos esgotos do Sambódromo e do Terreirão do Samba.

Aproximadamente 12.000 m³ de esgoto foram coletados pela Companhia e encaminhados à ETE Alegria para receber tratamento adequado.

Durante os desfiles das escolas de samba de todos os grupos foram mantidas turmas de operação e manutenção de água e esgoto para assegurar o perfeito funcionamento do sistema na passarela do samba. Também foram disponibilizados carros-pipa e caminhões com equipamentos para manutenção da rede de esgoto (um por setor) para atender a eventuais demandas.

Equipes plantonistas trabalharam intensamente todos os dias para garantir que nada interferisse na festividade. Caso identificada alguma demanda relacionada à CEDAE, era acionado imediatamente o setor responsável para solucionar o caso no menor tempo possível. Além da parte operacional, a CEDAE contribuiu também com a adesivação externa de nove banheiros. Internamente foi colocada a marca da Companhia com frases de conscientização como ‘Economize água, feche a torneira’, ‘Vaso sanitário não é lixeira’, e ‘Salve o planeta, economize água’.

Atualização do Código de Ética da CEDAE

A palavra ética nunca tomou dimensões como nos últimos anos diante de sucessivos escândalos em todas as áreas. Neste sentido, a elaboração de um Código de Ética tem sido a resposta das empresas comprometidas com boas práticas em sua gestão.

O Código de Ética permite o alinhamento dos funcionários sobre os comportamentos esperados, as posturas éticas e condutas no ambiente dos negócios, favorecendo a transparência, equidade e conformidade. Sendo assim, é dever de todo funcionário conhecer, praticar, disseminar e defender os princípios ali declarados em todas as suas relações.

Canal de Ética

Para ampliar o comprometimento com a transparência e com a ética, a CEDAE lança o seu Canal de Ética, oferecendo uma forma de comunicação segura e eficaz para o esclarecimento de dúvidas relacionadas ao Código de Ética e conduta das pessoas na Companhia. Trata-se de instrumento seguro para uso dos empregados e terceirizados, na comunicação de condutas consideradas antiéticas, que violem os princípios declarados pela CEDAE, ou a legislação vigente.

Os relatos feitos pelos empregados ou terceirizados serão tratados com total confidencialidade e garantia do anonimato, preservando as pessoas.

CEDAE inova e publica primeira ata de registro de preços

O Registro de Preços é um sistema utilizado pelo Poder Público para pretensa aquisição de bens e serviços onde o fornecedor concorda em manter os seus preços registrados em uma ata de registro de preços, visando contratações futuras, obedecendo-se as condições estipuladas no ato convocatório da licitação.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é uma opção economicamente viável à Administração, tendo em vista o seu ganho em escala, já que permite a participação de outros órgãos/entidades do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A escolha pelo SRP se dá em razão de diversos fatores:

I - Quando, pelas características do material ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - Quando for conveniente a aquisição de materiais com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - Quando for conveniente a aquisição de materiais ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Tendo em vista todos os benefícios da realização de licitação por meio de Registro de Preços, como por exemplo, celeridade na contratação, racionalização e a busca do ganho em escala, a CEDAE, por meio da Assessoria de Logística Chefe, publicou no dia 06/03/2018, sua primeira

Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ata de Registro de Preços que tem por objetivo a pretensa Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Locação de Retroescavadeira com Operador e Caminhão Trucado com Plataforma e com Motorista, a fim de atender às necessidades desta Companhia, cuja validade será de 12 meses.

Sustentabilidade como estratégia de gestão

Com o objetivo de desenvolver uma estratégia de gestão baseada em informações consistentes dos impactos da sustentabilidade, melhorar a comunicação com os acionistas e auxiliar na mudança de mentalidade, a CEDAE elaborou seu próprio Relatório de Sustentabilidade, atendendo à Lei das Estatais (Lei 13.303/16), que tornou obrigatória a criação deste material por todas as empresas estatais.

O Relatório de Sustentabilidade da CEDAE segue a metodologia *Global Reporting Initiative* (GRI) e possui diversos temas como conteúdo, entre os quais: estratégia e análise; perfil organizacional; perfil do relatório; governança; ética e integridade; e informações gerais sobre a forma de gestão.

13 PROGRAMA DE OBRAS

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO COM RECURSOS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL	SALDO EM 2019 (EM R\$ MIL)
REGIÃO METROPOLITANA	559.753
REGIÃO BAIXADA FLUMINENSE	3.090.528
LESTE FLUMINENSE	477.210
INTERIOR DO ESTADO	1.208.669
VALOR TOTAL	5.336.160

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$ Mil
RIO DE JANEIRO			
Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Paquetá	24.500	Saldo da obra sendo relicitado	11.900
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Zona Oeste, Santa Cruz, Guaratiba e Outros	600.000	Saldo da obra sendo relicitado	120.510
Ampliação do sistema de abastecimento de água tratada da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	872.533	Saldo da obra sendo relicitado	91.035
Sistema de esgotamento sanitário do Eixo Barra/Recreio - Restinga do Itapeba	138.201	Previsão de término dez/19	33.058

Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ampliação do sistema coletor de esgotamento sanitário da Lagoa da Tijuca	424.000	Previsão de término dez/19	5.200
Modernização da elevatória de esgotos de São Conrado, respectivo recalque e emissão por gravidade	250.000	Saldo da obra sendo relicitado	14.270
SISTEMA ALEGRIA			
Complementação do tronco coletor Faria Timbó	456.000	2ª colocada recorreu	92.480
Complementação do tronco coletor Manguinhos e saneamento da Maré	900.000	Aguardando definição de recursos	111.600
Complementação do tratamento secundário da ETE Alegria	1.500.000	Aguardando definição de recursos	79.700
REGIÃO METROPOLITANA - TOTAL			559.753

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$ Mil
BELFORD ROXO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Belford Roxo	120.000	Previsão de término dez/19	75.571
Recuperação da rede coletora e reforma da elevatória de esgotamento sanitário do Lote XV	32.000	Previsão de término dez/19	12.760
Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Belford Roxo	-	Previsão de término dez/20	25.745
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Miguel Couto	-	Previsão de término dez/20	105.357
DUQUE DE CAXIAS			
Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água tratada da localidade de Campos Elíseos	58.000	Previsão de término mar/20	
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Duque de Caxias	58.000	Previsão de término dez/20	654.496
ITAGUAÍ / SEROPÉDICA			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Seropédica e Itaguaí	106.111	Previsão de término dez/19	28.262
MAGÉ			
Ampliação do sistema de água tratada da cidade de Magé - Mauá e Suruí	95.814	Saldo da obra sendo relicitado	40.360

Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



NOVA IGUAÇU			
Melhoria do abastecimento para a localidade de Grão Pará	102.000	Previsão de término jul/19	4.330
Implantação do Sistema de Abastecimento de Água para a localidade de Cabuçu	24.409	Concluído	18.846
QUEIMADOS			
Implantação e ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Queimados	137.962	Previsão de término dez/19	27.909
SÃO JOÃO DE MERITI			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de São João Meriti	267.455	Previsão de término dez/19	103.766
DIVERSOS MUNICÍPIOS			
Recuperação do sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários da Pavuna	288.000	Saldo da obra sendo relicitado	8.180
Sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários de Sarapuí	127.200	Previsão de término dez/19	12.740
Sistema integrado de abastecimento de água de Jardim Esplanada, Jardim Alvorada, Brasília, Posse e JK nos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita	957.402	Previsão de término out/19	80.855
Proteção da tomada d'água do Guandu	15.000.000	Aguardando definição de recursos	84.800
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Nova Iguaçu - Complementação da NAPBF - Novo booster Austin	955.939	Concluído	4.699
Reforço no sistema de abastecimento de água de Nilópolis e outros	102.161	Previsão de término dez/19	101.852
Ampliação da rede de distribuição de água e ligações prediais	900.000	Previsão de término dez/19	200.000
Construção de novo sistema de produção de água na Baixada Fluminense	3.900.000	Projeto executivo com previsão de término jun/19	1.500.000
BAIXADA FLUMINENSE - TOTAL			3.090.528
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$ Mil

Resultados de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



ITABORAÍ			
Novo sistema de produção de água tratada de Itaboraí	332.927	Aguardando recursos do Programa Avançar Cidades	448.958
MARICÁ			
Implantação do sistema de abastecimento de água de Ponta Negra e Sede	5.600	Previsão de término mar/20	5.172
RIO BONITO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Rio Bonito	10.000	Saldo da obra sendo relicitado	5.890
SÃO GONÇALO			
Melhoria do abastecimento de água tratada nas áreas de abrangência dos reservatórios Marques Maneta, Colubandê, Trindade, Tribobó e Amendoeira	400.000	Concluído	0
Ampliação do sistema de abastecimento de água com a construção de reservatórios, tronco alimentador e tronco distribuidor no bairro de Monjolos	66.247	Saldo da obra sendo relicitado	17.190
LESTE FLUMINENSE - TOTAL			477.210

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$ Mil
BARRA DO PIRAÍ			
Ampliação do sistema de abastecimento de água na Sede do município de Barra do Piraí	95.000	Saldo da obra sendo relicitado	16.160
ITAPERUNA			
Sistema de abastecimento de água do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	19.040
Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	49.060
MACAÉ			
Ampliação do sistema de produção de água tratada para o município de Macaé	243.967	Aguardando recurso do Programa Avançar Cidades	209.409
VALENÇA			
Ampliação do sistema de abastecimento de água na sede do município e do distrito de Conservatória	78.437	Concluído	915.000

14 SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com os auditores independentes, relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor.

A Ernst & Young auditores Independentes s/s foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Destacamos que em 2018 a Ernst & Young auditores Independentes s/s não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras.

15 AGRADECIMENTOS

A Diretoria Executiva da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro cumprimenta os representantes do acionista controlador desta empresa, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, e o Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, Cláudio Castro, e os senhores acionistas minoritários, representados nos colegiados pelos seus representantes legais, que confiaram na Diretoria para administrar os negócios da Companhia.

Aproveitamos para agradecer também ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e a todos os parceiros financiadores da CEDAE e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), BNDES e BNDESPAR pelos recursos aportados para tornar possível a realização de investimentos e obras fundamentais e de suma importância para a expansão contínua dos serviços de saneamento prestados pela CEDAE.

Esta Diretoria ressalta o compromisso, a responsabilidade e o esforço dos empregados na condução das atividades da Companhia para que esta empresa tenha expressivo progresso no que tange o social, o ambiental e o econômico relacionados às ações da companhia, sempre tendo em vista a satisfação da sociedade e de todos os envolvidos com a CEDAE.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita a faturar

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas a faturar”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de faturamento que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. No encerramento de cada mês, a Companhia determina a receita a faturar com base em estimativas de consumo para o período compreendido entre a data da leitura e o encerramento do mês, que incluem dados históricos como a média de consumo obtida da última leitura de hidrômetros. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$1.302.189 mil em 31 de dezembro de 2018 e está divulgado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada é significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às subjetividades atreladas ao processo de estimativa, que requer julgamento por parte da Administração na determinação das premissas utilizadas, principalmente na estimativa de consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e a eficácia dos controles internos implementados pela Administração sobre o cálculo da receita a faturar, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa e das premissas utilizadas pela Administração; (ii) recálculo do saldo de receita a faturar em 31 de dezembro de 2018, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês e avaliação se estes saldos não faturados estão consistentes com os saldos faturados no mês subsequente; (iii) avaliação da movimentação trimestral da receita a faturar durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento da Companhia e da indústria; (iv) comparação da estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; e (v) Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas na Nota Explicativa anteriormente mencionada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita a faturar, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

Mensuração do passivo atuarial

A Companhia é patrocinadora de planos de previdência complementar na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações atuariais da Companhia estão relacionadas aos planos de previdência complementar Prece I, Prece II e Prece CV, o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Servidores - CAC e o prêmio aposentadoria, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19, e totalizam R\$2.148.941 mil.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o processo de mensuração deste passivo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e é baseado em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas, tais como: taxa de desconto, a taxa de retorno esperada sobre os ativos de fundo de pensão; aumentos salariais futuros, tábuas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o uso de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas taxa de desconto e hipóteses biométricas e demográficas. Adicionalmente: (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; e (ii) realizamos cálculo independente da obrigação atuarial e confrontamos com os cálculos apresentados pela Administração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração deste passivo adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras.

Provisão para risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para risco de crédito, de acordo com as análises e estudos internos que indicam a recuperabilidade dos saldos em aberto junto a seus clientes. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para risco de crédito totaliza R\$12.955.248 mil, dos quais R\$848.158 mil representam o incremento da provisão em 2018 tendo como contrapartida o resultado do exercício, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8.4.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos montantes provisionados e demais saldos de recebíveis sujeitos à avaliação de perda, da situação econômica do Estado do Rio de Janeiro que impacta diretamente a capacidade dos consumidores em efetuar os pagamentos quando devido e do elevado grau de subjetividade envolvendo diversos fatores, tais como: idade de saldos vencidos e não pagos e histórico de inadimplência de clientes.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise do histórico de inadimplência; (ii) teste dos saldos a receber por idade de vencimento e análise de recebimentos subsequentes dos saldos vencidos; e (iii) o recálculo da provisão para riscos de crédito, efetuada pela Administração da Companhia. (iv) análise dos impactos do CPC 48.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração da provisão adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 8.4 às demonstrações financeiras.

Imunidade tributária

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia obteve êxito na ação cível ordinária transitado em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo semestre de 2018, a qual assegurou a imunidade aos impostos a partir da data do trânsito em julgado. A Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos à recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização destes impostos.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução do tema; (ii) obtenção de representações formais da Administração da Companhia sobre o assunto; (iii) obtenção de opinião legal conclusiva quanto a possibilidade de recuperação dos valores antecipados através da sua compensação para pagamento de contribuições federais; e (iv) envolvemos nossos profissionais de impostos para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Imunidade Tributária, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos os procedimentos adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 17 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	533.121	191.160
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.698.593	1.387.243
Estoques	7.233	5.870
Tributos a recuperar e a recolher (Nota 14)	236.342	36.295
Outros	26.862	15.645
Total do ativo circulante	2.502.151	1.636.213
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16)	1.608.905	1.488.668
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	58.138	55.376
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.343	2.667
Transações com partes relacionadas (Nota 10)	254.913	216.219
Outros (Nota 9)	45.829	46.436
	1.969.128	1.809.366
Intangível (Nota 11)	10.066.282	10.102.021
Imobilizado (Nota 12)	80.058	81.496
	10.146.340	10.183.517
Total do ativo não circulante	12.115.468	11.992.883
Total do ativo	14.617.619	13.629.096

	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	129.477	157.422
Empreiteiros e fornecedores	124.055	132.623
Salários a pagar	40.373	49.156
Passivo atuarial (Nota 19)	354.515	322.444
Tributos a recuperar e a recolher (Nota 14)	88.742	200.512
Parcelamentos tributários (Nota 15)	40.563	41.717
Dividendos a pagar (Nota 21.c)	197.692	66.446
Outros parcelamentos (Nota 20)	75.126	85.756
Provisões de encargos trabalhistas	202.804	183.111
Outras contas a pagar	97.299	76.055
Total do passivo circulante	1.350.646	1.315.242
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	573.570	622.855
Parcelamentos tributários (Nota 15)	225.205	256.247
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 17)	151.911	609.829
Outros parcelamentos (Nota 20)	95.810	84.957
Provisão para contingências (Nota 16)	2.369.482	2.463.506
Passivo atuarial (Nota 19)	1.794.426	2.066.422
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 10)	11.012	-
Outras contas a pagar (Nota 18)	222.612	250.095
Total do passivo não circulante	5.444.028	6.353.911
Patrimônio líquido (Nota 21)		
Capital social	1.993.917	1.794.586
Reserva de capital	13.964	13.964
Reservas de lucros	1.434.184	848.350
Outros resultados abrangentes	4.380.880	3.303.043
Total do patrimônio líquido	7.822.945	5.959.943
Total do passivo e do patrimônio líquido	14.617.619	13.629.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Receita operacional líquida (Nota 22)	5.433.386	4.767.410
Custo dos serviços prestados (Nota 23.a)	(2.034.664)	(1.936.475)
Lucro bruto	3.398.722	2.830.935
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais (Nota 23.b)	(1.009.198)	(1.114.877)
Despesas gerais e administrativas (Nota 23.c)	(441.837)	(404.527)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 25)	(557.674)	(828.026)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.390.013	483.505
Receitas financeiras (Nota 24.b)	192.368	230.775
Despesas financeiras (Nota 24.a)	(120.203)	(206.372)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.462.178	507.908
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17.a)	(629.799)	(228.145)
Lucro líquido do exercício	832.379	279.763
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias no fim do exercício	629.071.608	629.071.608
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais) (Nota 21.b)	1,32	0,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	832.379	279.763
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - PRECE (Nota 19)	439.591	(283.787)
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - CAC (Nota 19)	(437.607)	(86.492)
Prêmio de aposentadoria (Nota 19)	3.886	5.200
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	(528)	124.127
	5.342	(240.952)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	837.721	38.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.349.922	13.964	77.146	703.073	3.669.007	-	5.813.112
Ajustes de avaliação patrimonial							
Perdas atuariais	-	-	-	-	(240.952)	-	(240.952)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital (Nota 21.a)	444.664	-	-	(270.200)	-	-	174.464
Realização da reserva de reavaliação (Nota 21.f)	-	-	-	125.012	(125.012)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	279.763	279.763
Distribuição proposta							
Constituição da reserva legal (Nota 21.e)	-	-	13.988	-	-	(13.988)	-
Dividendos propostos (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	(66.444)	(66.444)
Constituição da reserva de retenção de lucros (Nota 21.g)	-	-	-	199.331	-	(199.331)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.794.586	13.964	91.134	757.216	3.303.043	-	5.959.943
Ajustes de avaliação patrimonial							
Perdas atuariais	-	-	-	-	(273.007)	-	(273.007)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital (Nota 21.a)	199.331	-	-	(199.331)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 21.f)	-	-	-	150.476	(150.476)	-	-
Efeito imunidade (Nota 17)	-	-	-	-	1.501.320	-	1.501.320
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	832.379	832.379
Distribuição proposta							
Constituição da reserva legal (Nota 21.e)	-	-	41.619	-	-	(41.619)	-
Dividendos propostos (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	(197.690)	(197.690)
Constituição da reserva de retenção de lucros (Nota 21.g)	-	-	-	593.070	-	(593.070)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.993.917	13.964	132.753	1.301.431	4.380.880	-	7.822.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.462.178	507.908
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	275.929	276.494
Juros e variação monetária de empréstimos e financiamentos	65.357	98.072
Juros sobre parcelamentos	27.139	18.103
Juros e atualizações monetárias sobre outras obrigações	25.742	89.013
Perda com baixa de imobilizado e intangível	98	144
Provisão para contingências	408.401	647.834
Passivo atuarial	239.709	233.797
Atualização monetária das contas a receber	(21.465)	(16.441)
Recuperação de despesas	(64.213)	(17.705)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 23.b)	848.158	954.406
Rendimentos de títulos e valores mobiliários não realizados	(4.036)	(16.057)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(83.108)	(114.514)
	3.179.889	2.661.054
Diminuição (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes		
Estoques	(1.147.119)	(1.147.035)
Tributos a recuperar	(1.363)	1.846
Depósitos e bloqueios judiciais	(199.671)	(29.579)
Contas a receber de partes relacionadas	(37.129)	62.103
Outros	(27.823)	(2.398)
	(10.610)	(3.909)
Aumento (diminuição) nos passivos		
Empreiteiros e fornecedores	16.322	(85.805)
Salários a pagar	(8.783)	10.098
Impostos e contribuições a recolher	143.942	18.164
Parcelamentos tributários	(32.196)	(40.757)
Outros parcelamentos	(26.749)	14.181
Provisões de encargos trabalhistas	19.792	398
Provisão para contingências	(502.425)	(494.191)
Contribuições a benefícios pós-emprego	(473.896)	(332.164)
Outras contas a pagar	(6.529)	39.704
	(2.294.237)	(1.989.344)
Variações nos ativos e passivos	(100.429)	(281.059)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(65.033)	(91.828)
Juros pagos	720.190	298.823
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	720.190	298.823
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de intangível e imobilizado	(235.129)	(159.930)
Títulos e valores mobiliários	898	161.963
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(234.231)	2.033
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	(187.197)	(283.226)
Aporte de financiamento	109.643	85.442
Pagamentos de dividendos	(66.444)	(90.067)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(143.998)	(287.851)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	341.961	13.005
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	191.160	178.155
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	533.121	191.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Receitas		
Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto	5.645.710	5.267.255
Outras receitas	362.487	25.381
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(848.158)	(954.406)
	5.160.039	4.338.230
Insumos adquiridos de terceiros		
Material aplicado	(96.705)	(81.452)
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros	(1.099.916)	(950.974)
Perda e recuperação de valores ativos	(385.590)	(627.073)
	(1.582.211)	(1.659.499)
Valor adicionado bruto	3.577.828	2.678.731
Depreciações e amortizações		
Depreciações e amortizações	(278.010)	(280.830)
Valor adicionado líquido produzido	3.299.818	2.397.901
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	192.368	230.775
Valor adicionado total a distribuir	3.492.186	2.628.676
Pessoal e encargos	1.148.224	1.156.378
Remuneração direta	965.826	946.461
Benefícios	127.899	145.802
FGTS	54.499	64.115
Impostos, taxas e contribuições	1.341.040	929.513
Federais	1.338.298	926.960
Estaduais	1.496	701
Municipais	1.246	1.852
Remuneração de capitais de terceiros	170.543	263.022
Juros e variações cambiais	119.542	209.751
Aluguéis	51.001	53.271
Remuneração de capitais próprios	197.690	66.444
Dividendos	197.690	66.444
Lucros retidos	634.689	213.319
Distribuição do valor adicionado	3.492.186	2.628.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente a Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança - SECCG e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- (i) Captação, tratamento, adução e distribuição da água;
- (ii) Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários;
- (iii) Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes;
- (iv) Execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara ("PDBG") que é um programa do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo diversos órgãos estaduais, cabendo à CEDAE o papel de executora das obras de esgotamento sanitário com recursos financeiros do Estado do Rio de Janeiro, de fontes externas ou internas; e
- (v) Execução do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes ("PSBJ") com recursos provenientes de diversos programas financeiros do Estado do Rio de Janeiro, como Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano ("Fecam") e Fundo Estadual de Saúde ("FES"), ou com recursos da CEDAE.

Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia opera os serviços de abastecimento de água em 64 municípios, dentre esses com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 municípios. Na maioria desses municípios, as operações decorrem de contratos firmados por 30 anos, com renovação automática por mais 30 anos.

A Administração prevê que os serviços prestados a municípios que não possuem contratos de concessão vigentes terão esta situação regularizada, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos nessas localidades municipais. A assinatura de tais contratos de concessão depende da implementação por parte dos municípios do Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços públicos de saneamento tais quais requerido pela Lei Federal nº 11.445/2007 e das respectivas aprovações a Lei Autorizativa em âmbito municipal do referido plano.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018, apresentam-se vencidas as concessões relacionadas a seguir e que estão em fase de negociação com os municípios, sendo que os serviços não sofreram interrupção (Nota 2.7.2).

Município	Serviços
Angra dos Reis	Água
Cachoeiras de Macacu	Água
Cambuci	Água
Miracema	Água
Porciúncula	Água e esgoto
Quissamã	Água e esgoto
São João da Barra	Água e esgoto
Teresópolis	Água e esgoto

Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil do intangível utilizado nos oito municípios em negociação totalizava R\$210.098 (R\$216.192 em 2017), tendo gerado receita de R\$102.806 (informação não auditada pelos auditores independentes) em 2018 (R\$95.478 em de 2017) (Nota 11).

Os contratos de concessão estipulam um direito de cobrar dos clientes os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido nos mesmos. A Companhia possui, na maior parte dos seus contratos, um direito de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ou de prorrogar o contrato até a efetiva quitação da indenização por parte dos municípios.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do poder concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado. No caso do contrato firmado com o Município do Rio de Janeiro, não existe previsão de indenização. Contudo, o contrato possui validade de 50 anos, prazo inferior à vida útil dos bens relacionados à concessão e prevê renovação automática pelo mesmo período, a qual a opção de não exercer renovação deve ser manifestada até dois anos antes do fim da vigência do contrato.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

As concessões em termos de número de economias (*) são:

Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
	Número de economias (*)	Início	Término
1 Rio de Janeiro	2.284.169	2007	2057
2 São Gonçalo	250.165	2008	2028
3 Nova Iguaçu	180.871	2004	2034
4 Duque de Caxias	168.438	2008	2038
5 São João de Meriti	120.815	2011	2041
6 Belford Roxo	90.393	2009	2039
7 Macaé	73.603	2011	2041
8 Rio das Ostras	52.164	2011	2061
9 Nilópolis	51.871	2008	2038
10 Mesquita	34.752	2008	2038
11 Itaperuna	33.173	2008	2038
12 Itaguaí	31.714	2011	2041
13 Queimados	30.130	2009	2039
14 Valença	25.001	2009	2039
15 Itaboraí	25.027	2012	2042
16 Marica	24.603	2008	2028
17 Magé	17.940	2000	2030
18 Paraíba do Sul	15.118	2008	2038
19 Seropédica	13.908	2009	2039
20 Vassouras	14.009	2008	2048
21 Mangaratiba	13.007	2013	2043
22 Japeri	11.632	2009	2039
23 São Fidelis	11.500	2008	2038
24 Rio Bonito	11.220	2011	2031
25 Bom Jesus do Itabapoana	10.666	2011	2041
26 Pirai	9.753	2009	2029
27 Miguel Pereira	8.793	2009	2039
28 Paracambi	8.554	2008	2038
29 Itaocara	8.634	2010	2035
30 Cordeiro	8.449	2001	2031
31 Pinheiral	8.248	2008	2048
32 São Francisco do Itabapoana	7.943	2002	2032
33 Paty do Alferes	7.320	2008	2038
34 Bom Jardim	6.833	2001	2031
35 Casimiro de Abreu (**)	6.405	2008	2038
36 Cantagalo	6.139	2009	2039
37 Sapucaia	6.154	2010	2035
38 Natividade	4.806	2008	2038
39 Rio Claro	4.721	2008	2038
40 Aperibé	4.106	2010	2040

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
	Número de economias (*)	Início	Término
41 Italva	3.840	2012	2042
42 Cardoso Moreira	3.486	2002	2027
43 Duas Barras	3.354	2001	2031
44 Macuco	2.994	2002	2032
45 Eng. Paulo de Frontin	2.959	2008	2048
46 Tanguá	2.771	2008	2033
47 Barra do Piraí	2.756	2006	2036
48 Laje do Muriaé	2.458	2013	2043
49 Sumidouro	1.951	2009	2039
50 São Sebastião do Alto	1.741	2002	2032
51 Santa Maria Madalena	1.653	2009	2039
52 São José de Ubá	1.629	2009	2039
53 Carapebus	1.500	2008	2038
54 Trajano de Moraes	1.283	2000	2030
55 Varre-Sai	1.181	2009	2039
56 Saquarema (***)	1.048	2008	2048

(*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não auditada).

(**) No Município de Casimiro de Abreu, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Barra de São João.

(***) No Município de Saquarema, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Jaconé.

Em 5 de janeiro de 2007, foi sancionada a Lei Federal nº 11.445/2007, estabelecendo as diretrizes nacionais e princípios fundamentais à prestação dos serviços, como o controle social, a transparência, o comando de integração das infraestruturas de saneamento básico na gestão de recursos hídricos, bem como o comando para a articulação do setor com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate e erradicação da pobreza, promoção da saúde e proteção ambiental, dentre outras correlatas. Essas diretrizes visam, também, a melhoria da qualidade de vida com eficiência e a sustentabilidade econômica, possibilitando a adoção de soluções graduais e progressivas, coerentes à capacidade de pagamento dos clientes.

Conforme disposto no Decreto Estadual nº 45.344/2015, a CEDAE, está submetida à fiscalização e regulação de suas atividades por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (“Agenera”). A primeira revisão quinquenal tarifária da Companhia se dará em 2020, sendo que o primeiro reajuste tarifário sob regulação ocorreu parcialmente em agosto de 2016, com seu complemento em janeiro de 2017, o segundo reajuste tarifário ocorreu parcialmente em julho de 2017 com seu complemento em outubro de 2017 e o terceiro reajuste ocorreu parcialmente em junho de 2018, com seu complemento em novembro de 2018, ambos submetidos e aprovados pela Agenera, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, conforme preceitua o referido Decreto.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

No dia 26 de janeiro de 2017, o Estado do Rio de Janeiro assinou o Termo de Compromisso com o Governo Federal que envolve, entre outros assuntos, a possibilidade da obtenção de empréstimos bancários por parte do Controlador, oferecendo como garantia ações da Companhia por ele detidas.

Em novembro de 2017, o banco BNP Paribas foi o vencedor do leilão para emprestar R\$2,9 bilhões ao Estado do Rio de Janeiro, que ofereceu como garantia até 50% das ações da Companhia. Salientamos que tal evento não alterou as operações da Companhia ou seu controle até o momento.

Conforme divulgado na Nota 17, em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI "a" da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ter como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obtido pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e a partir da data do trânsito em julgado a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização destes impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia. Os saldos correlatos a esse assunto e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras estão sumariados na Nota 17.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de março de 2019, aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros

2.3.1. *Classificação*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (Nota 5.5).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento.
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)--Continuação

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificadas pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.3. *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro é desreconhecido quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativos a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*--Continuação

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria.
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; ou

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*--Continuação

- O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

2.3.5. *Classificação*

Os passivos financeiros são empréstimos e financiamentos e debêntures, empreiteiros e fornecedores, outros parcelamentos e outras contas a pagar. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.3.6. *Mensuração subsequente*

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito nos tópicos abaixo:

2.3.7. *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ao passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

2.3.8. *Empréstimos e financiamentos*

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.3.8. *Empréstimos e recebíveis*--Continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 13.

2.3.9. *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.10. *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia também classifica os créditos a receber do controlador como ativo não circulante, em decorrência de acordo firmado com o acionista controlador para liquidação desses créditos através de dação de bens intangíveis.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.5. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de águas e esgotos são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização e estão classificados no ativo circulante. Os estoques consumidos são baixados ao resultado pelo custo médio das aquisições.

2.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante e atualizados monetariamente para fazer face às contingências da Companhia.

2.7. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado por reavaliação efetuada em 2006, que foi incorporada ao custo do intangível quando da adoção inicial dos novos CPCs em 2010 para os casos de ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para utilização ou venda. A CEDAE estabeleceu que esse período deve ser superior a 12 meses. Esse período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da Companhia.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada a partir do momento que este é disponibilizado para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são amortizadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado, conforme os critérios mencionados na Nota 11.

As doações recebidas de órgãos públicos para permitir à Companhia a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são registradas no intangível em contrapartida à receita. Em 2018, a Companhia não recebeu doações de intangíveis.

Os projetos de obras em andamento são registrados pelo valor de custo e estão principalmente relacionados com projetos de construção contratados junto a terceiros, que são executados pela Secretaria de Estado do Ambiente - SEA com responsabilidade financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

2.7.1. Contratos de concessão

A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo Município quando:

- (i) O Município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;
- (ii) O Município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;
- (iii) Os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível como bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os consumidores devem pagar pelos serviços da CEDAE; ou
- (iv) A Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos (bens que são utilizados em conjunto por mais de um município, não sendo individualmente afetos a nenhum município) a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, (que historicamente se opera através de renovação das concessões) que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis definida pela Administração, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%.

No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu balanço patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

2.7.1. Contratos de concessão--Continuação

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

2.7.2. Contratos em processo de renovação

A Companhia possui oito contratos em processo de renovação com os municípios, dos quais quatro deles (Miracema, Porciúncula, São João da Barra e Teresópolis) apresentam previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Teresópolis	166.339	171.222
São João da Barra	1.892	1.956
Miracema	954	987
Porciúncula	191	204
	<u>169.376</u>	<u>174.369</u>

A Companhia vem prestando serviços aos outros quatro municípios (Angra dos Reis, Cachoeiras de Macacu, Cambuci e Quissamã) ao longo dos anos, apesar desses serviços não estarem suportados por contratos. A Companhia não tem expectativa de interrupção dos serviços que estão sendo prestados para estes municípios. Os ativos intangíveis relacionados a prestação desses serviços estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil dos bens. O montante de tais ativos é apresentado da seguinte forma (Nota 11.i):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cachoeiras de Macacu	28.285	29.037
Angra dos Reis	8.143	8.364
Cambuci	2.806	2.896
Quissamã	1.488	1.526
	<u>40.722</u>	<u>41.823</u>

A Companhia tem a expectativa de que os referidos contratos sejam renovados a partir de 1º de janeiro de 2020 e vem recorrentemente trabalhando para esse propósito.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

2.7.3. Licenças de uso de software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas quando há existência de saldo são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil, e as despesas associadas são reconhecidas no resultado quando incorridas.

2.8. Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, reduzido das depreciações de bens do imobilizado calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela diferença entre a contraprestação recebida e a receber denominada na venda com o valor contábil e são incluídos no resultado.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, denominados de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Companhia considera sua operação pela interligação das redes como uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC, dado que a Companhia realiza subsídio cruzado conforme previsto pela Lei Federal nº 11.445/2007, e em sua avaliação não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. Salários e encargos sociais

Representado, substancialmente, pelos valores de salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes são derivados de apropriação por competência (*accruals*) e são divulgados como parte das contas a pagar.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem as parcelas correntes e diferidas desses tributos.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

Os tributos sobre renda que se encontram dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro são: o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") que estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesses casos, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável, e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria

Os custos com planos de pensão Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV são administrados pela Previdência Complementar ("Prece"), o plano de assistência médica Caixa de Assistência Médica dos Servidores da CEDAE ("CAC") e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis.

A Companhia reconhece de forma imediata em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mutações das premissas atuariais.

a.1) *Plano de Benefício Definido ("BD")*

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (Prece I, II e Prece CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos são utilizados pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

a.2) *Plano de Contribuição Definida ("CD")*

Para o plano de contribuição definida (Prece III e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 19).

a.2.1) Plano de Contribuição Variável ("CV")

O Plano Prece CV surgiu da necessidade de se equacionar o Plano Prece I, de caráter de benefício definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano, a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse plano foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposição a menos riscos.

No Plano Prece CV, o benefício é desvinculado do plano do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da previdência oficial.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, conseqüentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado com ou sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

a.3) *Plano de assistência médica*

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanece trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários qualificados.

a.4) *Prêmio de aposentadoria*

A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio aposentadoria no valor correspondente a proporção de tempo de serviço prestado a CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos no referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiado será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

- (i) 10 pisos salariais àquele que possua 30 ou mais anos de serviço.
- (ii) Aquele que possua 10 ou mais anos e menos de 30 anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.

2.15. Dividendos

Dividendos mínimos, declarados entre a data do balanço e a da autorização de emissão das demonstrações financeiras são reconhecidos como passivo no final do exercício, a menos que o acionista decline dos seus direitos sobre os dividendos mínimos.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício na medida em que ocorra. Os programas contínuos, tais como os promovidos pelo Instituto Estadual do Ambiente (“Inea”) são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.17. Reconhecimento da receita

a) Prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou pela coleta de esgoto. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre as mesmas, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi mensurado e faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são fornecidos; (ii) a receita pode ser mensurada com segurança; (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

b) Tributos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“Pasep”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”) de forma cumulativa, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. O faturamento dos órgãos e empresas governamentais são tributáveis quando da liquidação das faturas.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Reconhecimento da receita--Continuação

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.19. Apresentação de informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela Administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa o que não permite uma análise segmentada desta natureza. A mensuração de desempenho e apuração das informações por um único segmento está consistente com as práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.20. Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)

Estas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de seu conjunto de demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Continuação

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas separando as seguintes atividades:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações

3.1. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2018

As normas e interpretações emitidas, ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, que poderão surtir efeitos significativos após a emissão dos respectivos pronunciamentos equivalentes pelo CPC, são as seguintes:

CPC 6 - Operações de Arrendamento Mercantil: a alteração do CPC 6 foi aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e estará vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data. O CPC 6 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia avaliou os impactos da norma e concluiu, considerando as características de seus contratos vigentes, que a revisão do CPC 6 não traz alterações para o tratamento contábil dado aos seus contratos vigentes, pois os contratos atuais se enquadram na regra de exceção arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor e outros contratos se enquadram como serviços.

Além disso, foram identificados contratos onde o fornecedor possui direitos substantivos de substituição do bem e, dessa forma, o contrato não está no alcance o CPC 6.

Diante do apresentado, a Companhia entende que não haverá impacto relevante em sua posição financeira e/ou seu desempenho financeiro.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações--Continuação

3.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 31 de dezembro de 2018

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes: o CPC 47 foi aprovado em novembro de 2016, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. Segundo o CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente, estabelecendo um novo modelo que contempla cinco passos: 1 - Identificar o contrato com o cliente; 2 - Identificar as obrigações de desempenho; 3 - Determinar o preço da transação; 4 - Alocar o preço da transação e 5 - Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. Identificamos que no caso da CEDAE a receita deve ser reconhecida em momento específico (logo após o fornecimento de água e da coleta de esgoto), que é uma das opções dadas pela norma. Além disso, a Companhia segue as cinco etapas que são estabelecidas pela norma. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado. A Companhia realizou um estudo e concluiu que a aplicação da nova norma não afetou a forma de contabilização já existente.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros: o CPC 48 foi aprovado em novembro de 2016, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, em substituição ao CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: Classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Exceto para contabilidade de hedge é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Uma das principais alterações está relacionada com as provisões para créditos com liquidação duvidosa, em que o modelo de perda esperada substitui o modelo de perda incorrida. A Companhia avaliou os impactos da norma e concluiu, considerando as características de seus Instrumentos Financeiros e a política de recuperação de créditos atualmente adotada, que não houve impacto em sua posição financeira e/ou seu desempenho financeiro.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica contas a receber de clientes, e de acordo com a prática contábil estabelecida na Nota 8.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão

A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e com a ICPC 01 (R1). A Companhia estima o valor de mercado das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis estão demonstradas na Nota 11. Adicionalmente, a Companhia não registra ativo financeiro de potencial indenização futura pelo retorno dos ativos de infraestrutura ao poder concedente ao final dos contratos, uma vez que entende que tais contratos serão renegociados para períodos futuros e a Companhia não terá direito aos valores de indenização.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão--Continuação

O reconhecimento do valor de mercado dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas. O uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significativo nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas, estimativas e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para redução ao valor recuperável

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os ativos imobilizados e os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, que não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, taxas de crescimento futuro, para fins de extrapolação, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do contrato de concessão, entre outros fatores.

Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

c) Provisão para redução ao valor recuperável--Continuação

A Companhia também utiliza como premissa uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC para fins de avaliação de *impairment* (Nota 2.9).

Caso a taxa de desconto utilizada pela Companhia (8,51%) tivesse um incremento ou um decréscimo de um ponto percentual, teríamos a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:

2018

	Cenário WACC	
	7,51%	9,51%
Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível	8.760.102	8.760.102
Fluxo de caixa descontado	40.094.536	24.164.445
Provisão de perda (<i>impairment</i>)	-	-

Não foram identificadas evidências de necessidade de reconhecimento de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

d) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para os planos de pensão, estão a taxa de desconto, a taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de desconto deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade como por exemplo debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

d) Benefícios pós-emprego--Continuação

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia utilizou para o cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as tábuas de mortalidade, específica por sexo, descritas na Nota 19.

e) Provisões

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos nossos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia constitui provisão para processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O registro de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

g) Receitas não faturadas

As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil, tendo por base o consumo médio dos três últimos meses, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.

A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Taxa Referencial("TR")	385.940	334.026
Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP")	60.175	69.168
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("Selic")	24.789	28.858
Certificado de Depósitos Interbancários ("CDI")	232.143	348.225
Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC")	660.239	915.944

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

De acordo com a Legislação Estadual de Saneamento, o devedor é o imóvel ocupado e, portanto, todos os valores devidos são atrelados aos imóveis correspondentes e, caso estas dívidas não sejam liquidadas, ficam imputadas em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa da dívida após a constatação da inexistência do imóvel por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.

O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:

b.1) *Cientes públicos*

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para créditos vencidos há mais de 180 dias de responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e municipais (Nota 8).

b.2) *Demais clientes*

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para débitos vencidos há mais de 90 dias de responsabilidade dos demais clientes (Nota 8).

b.3) *Exposição ao risco de crédito*

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas demonstrações financeiras é de R\$2.291.195, (R\$1.636.446 em 2017) composto pelo valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço representando 16% do total do ativo e 29% do patrimônio líquido (Notas 6 a 8).

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, dos empréstimos de instituições financeiras do Governo Federal e dos financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender as suas despesas de capital e operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)	Total
Em 31 de dezembro de 2018 (i)					
Empréstimos e financiamentos	207.592	250.258	901.940	5.285.982	6.645.772
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	397.896	115.237	89.650	382.096	984.879
Empreiteiros e fornecedores	124.055	-	-	-	124.055
Outras contas a pagar	97.299	-	-	153	97.452
Em 31 de dezembro de 2017 (i)					
Empréstimos e financiamentos	247.086	366.160	1.161.591	5.522.559	7.297.396
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	388.930	392.807	167.445	468.562	1.417.744
Empreiteiros e fornecedores	132.623	-	-	-	132.623
Outras contas a pagar	76.055	-	-	1.778	77.833

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos financiamentos e parcelamentos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em convenção da Administração da Companhia, de modo a garantir uma análise adequada dos fluxos de pagamentos das principais obrigações ao longo do tempo.

Conforme demonstrado no quadro acima e detalhado na Nota 13, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela Administração, como a captação de recursos através de diversas operações financeiras, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e, conseqüente alongamento dos prazos de pagamento.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.2. Gestão de capital--Continuação

Condizente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando os de curto e os de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os índices de alavancagem financeira são calculados da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Total dos empréstimos (Nota 13)	703.047	780.277
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(533.121)	(191.160)
Dívida líquida	169.926	589.117
Total do patrimônio líquido	7.822.945	5.959.943
Capitalização total	7.992.871	6.549.060
Índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido)	2%	10%

5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo--Continuação

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

A Nota 5.5 apresenta a definição da classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo para os principais ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado estão apresentados a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos ou muito próximos aos saldos contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Incluem recebíveis, depósitos judiciais, saldos com fornecedores, bem como empréstimos e financiamentos e debêntures, ambos em moeda nacional.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A gestão desses instrumentos é efetuada pela Administração por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.5. Definição da classificação dos níveis hierárquicos dos instrumentos financeiros

Em dezembro de 2018		Nível hierárquico	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Mensurado pelo custo amortizado	%	Valor justo	%
Ativos conforme balanço patrimonial			533.121	4%	3.381.532	23%	3.972.791	27%
Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)	Nível 1		533.121	4%	-	-	533.121	4%
Títulos e valores mobiliários (NE 7)	Nível 1		58.138	-	-	-	58.138	-
Contas a receber de clientes (NE 8)	Nível 2		-	-	1.699.936	12%	1.699.936	12%
Depósitos judiciais (NE 16)	Nível 2		-	-	1.608.905	11%	1.608.905	11%
Outros créditos	Nível 2		-	-	72.691	-	72.691	-
Passivos financeiros			-	-	1.220.650	9%	1.220.650	9%
Empréstimos e financiamentos e debêntures (NE 13)	Nível 2		-	-	703.047	5%	703.047	5%
Empreiteiros e fornecedores	Nível 2		-	-	124.055	1%	124.055	1%
Outros parcelamentos (NE 20)	Nível 2		-	-	170.936	1%	170.936	1%
Outros contas a pagar (NE 18)	Nível 2		-	-	222.612	2%	222.612	2%

Em dezembro de 2017		Nível hierárquico	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Mensurado pelo custo amortizado	%	Valor justo	%
Ativos conforme balanço patrimonial			191.160	1%	2.940.659	21%	3.187.195	22%
Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)	Nível 1		191.160	1%	-	-	191.160	1%
Títulos e valores mobiliários (NE 7)	Nível 1		55.376	-	-	-	55.376	-
Contas a receber de clientes (NE 8)	Nível 2		-	-	1.389.910	10%	1.389.910	10%
Depósitos judiciais (NE 16)	Nível 2		-	-	1.488.668	11%	1.488.668	11%
Outros créditos	Nível 2		-	-	62.081	-	62.081	-
Passivos financeiros			-	-	1.333.708	10%	1.333.708	10%
Empréstimos e financiamentos e debêntures (NE 13)	Nível 2		-	-	780.277	6%	780.277	6%
Empreiteiros e fornecedores	Nível 2		-	-	132.623	1%	132.623	1%
Outros parcelamentos (NE 20)	Nível 2		-	-	170.713	1%	170.713	1%
Outros contas a pagar (NE 18)	Nível 2		-	-	250.095	2%	250.095	2%

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (Nota 6)	533.121	191.160
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	58.138	55.376
	591.259	246.536
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16)	1.608.905	1.488.668

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 5.1.b.

A avaliação de *rating* das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais é assim apresentada:

	<u>Fitch Ratings</u>	<u>Moody's</u>	<u>Standard & Poor's</u>
Bradesco	AAA	Ba2	BB-
Banco do Brasil S.A.	AA	Ba2	BB-
Caixa Econômica Federal	AA	Ba2	BB-
Itaú Unibanco S.A.	AAA	Ba2	BB-
Banco Santander	-	Baa1	BB-

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.7. Análise de sensibilidade

Cenário I

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 31 de março de 2019		
		Valor de risco provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	395.547	397.092	398.636
Total				
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	61.208	61.467	61.725
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	25.332	25.438	25.545
Debêntures (6ª emissão)	CDI	131.780	132.295	132.810
CCB - Finisa	CDI	104.046	104.452	104.858
CCB - Subcréditos	TR	385.940	385.940	385.940
Prece	INPC	666.251	667.757	669.263
Total		1.374.557	1.377.349	1.380.141

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários nos termos da Instrução da CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2019 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Referências para passivos financeiros - Cenário I	Taxa projetada para 31 de março de 2019	Aumento da taxa em	
	2019	25%	50%
CDI - trimestral	1,59%	1,99%	2,39%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	0,99%	1,24%	1,49%
INPC - trimestral	0,91%	1,14%	1,37%
TJLP - trimestral	1,72%	2,15%	2,58%
Selic - trimestral	1,71%	2,14%	2,57%

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.7. Análise de sensibilidade--Continuação

Cenário II

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 31 de março de 2019		
		Valor de risco provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI			
Total		395.547	394.002	392.458
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	61.208	60.950	60.692
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	25.332	25.226	25.120
Debêntures (6ª emissão)	CDI	131.780	131.266	130.751
CCB - Finisa	CDI	104.046	103.640	103.233
CCB - Subcréditos	TR	385.940	385.940	385.940
Prece	INPC	666.251	664.744	663.238
Total		1.374.557	1.371.766	1.368.974

Referências para passivos financeiros - Cenário II	Taxa projetada para 31 de março de 2019	Redução da taxa em	
		25%	50%
CDI - trimestral	1,59%	1,19%	0,80%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	0,99%	0,74%	0,50%
INPC - trimestral	0,91%	0,68%	0,46%
TJLP - trimestral	1,72%	1,29%	0,86%
Selic - trimestral	1,71%	1,28%	0,86%

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e contas movimento	111.039	28.206
Aplicações financeiras	422.082	162.954
	<u>533.121</u>	<u>191.160</u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por fundos de investimentos, que possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações da Companhia buscam rentabilidade compatível com as variações da CDI.

As aplicações financeiras representam recursos a serem utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato, pronta conversão em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, exceto os recursos dados em garantia (Nota 7).

Esses ativos financeiros incluem somente valores em moeda nacional.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Não circulante		
Fundo de investimento imobiliário Caixa Cedae (Fiicc)	40.392	38.179
Fundo de Investimento Imobiliário - Banco do Brasil ("Fiicc")	10.392	10.345
Bradesco - DEB. 5º Res. - BNDES GOVPP	7.225	6.842
Outros	129	10
	<u>58.138</u>	<u>55.376</u>

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, totalizaram R\$19.949 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$16.922 em 2017) (Nota 24.b).

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes

	2018	2017
Contas a receber faturadas	12.878.064	11.862.524
Parcelamentos (a)	474.931	475.254
	13.352.995	12.337.778
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8.4)	(12.955.248)	(12.107.090)
	397.747	230.688
Consumo a faturar (b)	1.302.189	1.159.222
Contas a receber de clientes	1.699.936	1.389.910
Circulante	1.698.593	1.387.243
Não circulante (c)	1.343	2.667
	1.699.936	1.389.910

- (a) Saldos renegociados de clientes. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre a totalidade do saldo do cliente que possui qualquer das parcelas de seu contrato de renegociação inadimplente. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo de parcelamento de débitos é de R\$161.233 (R\$311.122 em 2017).
- (b) Serviços prestados até o encerramento do exercício, cuja medição será realizada pela Companhia no mês subsequente. A Companhia realiza estimativa individual para cada ponto de medição com base na média aritmética das três últimas faturas e provisiona o montante global.
- (c) Parcelamento de longo prazo de créditos a receber da cliente Supervia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., com previsão de término para 2018 e Casa de Portugal com previsão de término para 2028.

8.1. Créditos junto aos municípios

Para os 34 municípios que renovaram convênio nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, a Companhia pretende conceder perdão dos débitos que totalizam R\$123.260 em 31 de dezembro de 2018 (R\$109.112 em 2017), que foram provisionados em sua totalidade. Para os demais municípios, a provisão foi constituída para os débitos em aberto há mais de 180 dias, no montante de R\$343.064, em 31 de dezembro de 2018 (R\$263.491 em 2017).

8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro

Entre 8 de agosto de 2007 e 30 de dezembro de 2015, o Estado do Rio de Janeiro e a CEDAE celebraram sete termos de acordo com objetivo de realizar compensação entre saldos em aberto entre as partes.

Em 30 de dezembro de 2015, foi celebrado um novo Termo de Encontro de Contas para compensação entre as partes, dos dividendos devidos pela CEDAE ao Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$109.325 referente ao exercício de 2014, em contrapartida, as contas a receber na prestação de serviços de distribuição de água e tratamento de esgoto para órgãos ligados ao Estado do Rio de Janeiro de R\$49.325, em que o saldo remanescente a favor do Estado do Rio de Janeiro de R\$60.000 foi pago em pecúnia.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018, as obras que estão sendo efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para quitação de dívidas por meio do Encontro de Contas estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "Obras em andamento" no intangível (Nota 11).

	Valor total da obra	Custo incorrido	Atualização monetária	Saldo (Nota10)	Previsão de conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	(12.481)	78	1.527	Concluído
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu	62.385	(70.348)	(427)	(8.390)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.018	(25.942)	(372)	(7.296)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	(171.269)	2.042	40.099	Rescindido fevereiro 2017
Ampliação do sistema de abastecimento da Zona Oeste bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e outros	228.138	(50.589)	9.527	187.076	Rescindido dezembro 2018
Valores em reconhecimento de dívida	414	-	23	437	
	533.211	(330.629)	10.871	213.453	

Considerando que a quitação da respectiva dívida ocorrerá através do recebimento das obras em andamento relativas aos contratos de concessão mantidos pela Companhia, aliado ao fato do histórico recente de obras recebidas do Estado do Rio de Janeiro, a Administração considera provável tanto a finalização quanto o recebimento das obras no prazo de cinco anos estabelecido no acordo. O Estado do Rio de Janeiro não efetuou quitação até 31 de dezembro de 2018, contudo, a CEDAE efetuou o ajuste relativo ao 1º aditivo ao Termo de Encontro de Contas, em sua CLÁUSULA SEGUNDA, Parágrafo Terceiro no montante de R\$10.871 ocorreram regularizações, no montante de R\$2.397 em 31 de dezembro de 2017.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

8.3. Créditos junto aos órgãos federais

Foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para os débitos dos órgãos federais vencidos há mais de 180 dias no valor de R\$191.762 em 31 de dezembro de 2018 (R\$180.177 em 2017) (Nota 8.4).

8.4. Composição de contas a receber de clientes por idade

A composição por idade das faturas a receber brutas e líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	2018	%	2017	%
A vencer	561.513	4,21	501.212	4,06
Vencidas em até 30 dias	161.129	1,21	158.763	1,29
Vencidas de 31 a 60 dias	155.262	1,16	127.780	1,04
Vencidas de 61 a 90 dias	105.960	0,79	108.771	0,88
Vencidas de 91 a 180 dias	316.245	2,37	281.316	2,28
Vencidas mais de 180 dias	12.052.886	90,26	11.159.936	90,45
	13.352.995	100,00	12.337.778	100,00

	2018	%	2017	%
A vencer	400.138	23,54	189.971	13,67
Vencidas em até 30 dias	159.812	9,40	157.572	11,34
Vencidas de 31 a 60 dias	153.955	9,06	126.728	9,12
Vencidas de 61 a 90 dias	104.015	6,12	107.756	7,75
Vencidas de 91 a 180 dias	29.933	1,76	24.582	1,77
Valores a faturar	852.083	50,12	783.301	56,35
	1.699.936	100,00	1.389.910	100,00

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adota o seguinte critério para constituição de provisão para risco de crédito:

- Saldos vencidos há mais de 90 dias junto a terceiros.
- Saldos vencidos há mais de 180 dias junto a órgão da Administração Pública, incluindo o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro.
- Saldos em aberto de clientes inadimplentes, independentemente de se estão incluídos nos dois critérios anteriores.

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais das contas a receber.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

8.4. Composição de contas a receber de clientes por idade--Continuação

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontra-se detalhada a seguir:

	2018				
	Administração Pública			Terceiros	Total
	Federal	Estadual	Municípios		
A vencer	3.997	7	5.613	551.896	561.513
Vencidos em até 30 dias	4.934	45	10.480	145.670	161.129
Vencidos de 31 a 60 dias	3.018	52	9.654	142.538	155.262
Vencidos de 61 a 90 dias	1.409	52	7.517	96.982	105.960
Vencidos de 91 a 180 dias	8.699	148	24.268	283.130	316.245
Vencidos há mais de 180 dias	191.762	52.192	458.431	11.350.501	12.052.886
	213.819	52.496	515.963	12.570.717	13.352.995

	2017				
	Administração Pública			Terceiros	Total
	Federal	Estadual	Municípios		
A vencer	2.691	1.857	5.950	490.714	501.212
Vencidos em até 30 dias	5.053	7.060	9.955	136.695	158.763
Vencidos de 31 a 60 dias	3.122	4.115	8.864	111.679	127.780
Vencidos de 61 a 90 dias	1.896	49	6.852	99.974	108.771
Vencidos de 91 a 180 dias	8.317	152	18.794	254.053	281.316
Vencidos há mais de 180 dias	180.177	52.338	366.544	10.560.877	11.159.936
	201.256	65.571	416.959	11.653.992	12.337.778

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	(11.152.684)
Constituição (Nota 23)	(1.108.118)
Reversão (Nota 23)	153.712
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(12.107.090)</u>
Constituição (Nota 23)	(1.128.321)
Reversão (Nota 23)	280.163
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(12.955.248)</u>

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pasep/COFINS a recuperar (a)	40.661	42.450
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	14.808	14.085
Despesas antecipadas (c)	4.961	4.961
	60.430	61.496
Provisão para perdas	(14.601)	(15.060)
	45.829	46.436

- (a) Calculados sobre os créditos a recuperar de insumos quando do diferimento do faturamento a órgãos públicos.
- (b) Refere-se aos valores a serem reembolsados pelos órgãos da Administração Pública Estadual e Municipal, pela cessão de funcionários por parte da Companhia. A Companhia possui provisão para perda sobre a totalidade dos valores a serem reembolsados pelos órgãos municipais no valor de R\$9.641 e órgãos estaduais no valor de R\$5.167 em 31 de dezembro de 2018 (R\$10.099 e R\$3.986, respectivamente, em 2017), em virtude da falta de expectativa por parte da Companhia em relação à recuperação desses créditos.
- (c) O valor é referente a contrato de publicidade assinado em 2008, provisionado para perda em sua totalidade, em virtude da falta de expectativa da Companhia de recuperação desses créditos.

10. Transações com partes relacionadas

i) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	622	13.540
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	5.167	3.986
	5.789	17.526
Não circulante		
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro (Nota 8.2)	213.453	202.582
Adiantamento ao Controlador (c)	13.637	13.637
CAC (h)	27.823	-
	254.913	216.219
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	51.873	52.031
	312.575	285.776

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

i) Transações e saldos--Continuação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo		
Circulante		
Prece (e)	(352.273)	(321.237)
CAC (e)	(2.242)	(1.207)
	(354.515)	(322.444)
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (d)	(11.012)	-
Prece (e)	(567.155)	(1.246.540)
CAC (e)	(1.185.191)	(778.347)
	(1.763.358)	(2.024.887)
Saldo líquido	(1.805.298)	(2.061.555)
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 19)	(239.709)	(233.797)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (f)	97.406	95.239
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(52.192)	(52.338)
Instituto Estadual do Ambiente ("Inea") (g)	(41.203)	(39.855)
	(235.698)	(230.751)
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (perdas) atuariais - Prece e CAC (Nota 19)	(734.391)	(739.733)

- (a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados.
- (b) Valores a receber por cessão de funcionários são relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais (Nota 9.b).
- (c) Refere-se a adiantamento de repasse financeiro ao Estado do Rio de Janeiro para execução através da Seobras, de obras de modernização e ampliação do abastecimento de água e do sistema de esgotamento do Estado. Alinhadas com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Esses ativos serão transferidos à Companhia quando da sua conclusão, conforme Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia em 20 de abril de 2011.
- (d) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.
- (e) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e CAC estão devidamente demonstrados na Nota 19.
- (f) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.
- (g) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.
- (h) Aporte financeiro efetuado pela Companhia nos meses de fevereiro e agosto de 2018 com finalidade de suprimento de caixa.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da governança

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Salários e encargos sociais	7.688	7.567
Plano de assistência médica	1.001	963
Planos de aposentadoria e pensão	163	146
Outros	198	157
	9.050	8.833

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018.

11. Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	
			2018	2017
Contratos em negociação para renovação	272.185	(62.087)	210.098	216.192
Contratos programas	216.490	(48.257)	168.233	173.004
Contratos concessão	1.220.657	(292.737)	927.920	953.008
Município do Rio de Janeiro	5.394.084	(1.258.983)	4.135.101	4.263.488
Intangíveis não afetos	4.359.072	(1.120.480)	3.238.592	3.346.809
Marcas e patentes	127	(27)	100	77
Obras em andamento	1.386.238	-	1.386.238	1.149.443
	12.848.853	(2.782.571)	10.066.282	10.102.021

	2017	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos		2018
					fiscais	Transferências	
Contratos em negociação para renovação (i)	216.192	-	-	(6.094)	-	-	210.098
Contratos programas (ii)	173.004	-	-	(4.771)	-	-	168.233
Contratos concessão (iii)	953.008	-	-	(25.403)	315	-	927.920
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.263.488	-	(34)	(130.097)	1.744	-	4.135.101
Intangíveis não afetos (v)	3.346.809	215	(2)	(108.854)	18	406	3.238.592
Marcas e patentes	77	30	-	(7)	-	-	100
Obras em andamento (vi)	1.149.443	237.309	-	-	-	(514)	1.386.238
	10.102.021	237.554	(36)	(275.226)	2.077	(108)	10.066.282

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

	2016	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos fiscais	Transferências	2017
Contratos em negociação para renovação (i)	222.269	15	-	(6.092)	-	-	216.192
Contratos programas (ii)	177.775	-	-	(4.771)	-	-	173.004
Contratos concessão (iii)	980.264	32	-	(27.609)	315	6	953.008
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.392.743	235	-	(131.228)	1.744	(6)	4.263.488
Intangíveis não afetos (v)	3.454.825	829	-	(108.863)	18	-	3.346.809
Marcas e patentes	84	-	-	(7)	-	-	77
Obras em andamento (vi)	994.366	158.484	-	-	-	(3.407)	1.149.443
	10.222.326	159.595	-	(278.570)	2.077	(3.407)	10.102.021

(*) As adições ocorridas no exercício de 2018, totalizaram R\$237.554 (R\$159.595 em 31 de dezembro 2017) sendo R\$3.721 com recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM e R\$233.833 com recursos próprios.

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia operava em 64 municípios no Estado do Rio de Janeiro. Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

Os intangíveis estão assim classificados:

(i) Contratos em negociação para renovação

Até 31 de dezembro de 2018, permaneciam em fase de negociação oito contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R\$210.098 em 31 de dezembro de 2018 (R\$216.192 em 2017) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R\$6.094 (R\$6.092 em 2017). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de renovação dos contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE (Nota 2.7.2).

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados

Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte deste termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá esta obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, conseqüentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob contrato de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

(vi) Obras em andamento

Em 31 de dezembro de 2018, as obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$1.093.543, sistema de coleta e tratamento de esgoto no valor de R\$290.985 e materiais a distribuir R\$1.710 (R\$861.398, R\$286.335 e R\$1.710, respectivamente, em 2017).

(vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes de R\$150.476 (R\$125.012 em 2017) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 21.f).

Em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial de R\$530.675 (R\$2.068.265 em 2017) (Nota 17).

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	
				2018	2017
Terrenos	-	58.476	-	58.476	58.476
Edificações	4	19.487	(7.882)	11.605	12.324
Máquinas, equipamentos e instalações	10	12.503	(7.187)	5.316	5.481
Móveis e utensílios	10	3.537	(2.813)	724	773
Computadores	20	7.485	(4.646)	2.839	3.493
Veículos	20	2.818	(2.785)	33	56
Benfeitorias	2	1.218	(540)	678	722
Máquinas, tratores e similares	20	1.248	(861)	387	171
		106.772	(26.714)	80.058	81.496

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios de 2018 e 2017 estão demonstradas a seguir:

	2017	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências	2018
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	12.324	-	-	(719)	-	-	11.605
Máquinas, equipamentos e instalações	5.481	866	(48)	(983)	-	-	5.316
Móveis e utensílios	773	145	(13)	(181)	-	-	724
Computadores	3.493	7	-	(769)	-	108	2.839
Veículos	56	-	-	(23)	-	-	33
Benfeitorias	722	-	-	(48)	4	-	678
Máquinas, tratores e similares	171	278	-	(62)	-	-	387
	81.496	1.296	(61)	(2.785)	4	108	80.058

	2016	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências	2017
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	13.734	-	-	(718)	-	(692)	12.324
Máquinas, equipamentos e instalações	6.119	288	(8)	(917)	-	(1)	5.481
Móveis e utensílios	908	37	-	(172)	-	-	773
Computadores	388	10	-	(312)	-	3.407	3.493
Veículos	227	-	(136)	(35)	-	-	56
Benfeitorias	73	-	-	(48)	4	693	722
Máquinas, tratores e similares	229	-	-	(58)	-	-	171
	80.154	335	(144)	(2.260)	4	3.407	81.496

a) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R\$115.583 e de 85 terrenos no valor de R\$55.803, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado desses ativos totalizava R\$171.386.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

- c) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Pasep e Cofins baseados nas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

13. Empréstimos e financiamentos

	2018	2017	Vencimento	Taxa
Empréstimo - CEF - água e esgoto (a)	-	57.728	2020	7 a 12% a.a. + UPR/TR
Debêntures - quinta emissão (b)	84.964	98.026	2025	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. 2ª Série Selic + 2,75% a.a.
Debêntures - sexta emissão (b)	129.722	194.594	2020	CDI + 2,74% a.a.
Financiamento - CCB - Finisa (d)	102.421	153.631	2020	CDI + 3,01% a.a.
Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (c)	358.829	273.219	2038	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (c)	27.111	3.079	2039	8,5% + TR a.a.
	703.047	780.277		

	2018	2017
Circulante	129.477	157.422
Não circulante	573.570	622.855
	703.047	780.277

Os empréstimos e financiamentos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. A movimentação dos empréstimos em 31 de dezembro é dada como segue:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	780.277	971.817
Captações	109.643	85.442
Juros e variação monetária, líquidos dos custos de captação	324	6.244
Amortizações	(187.197)	(283.226)
Saldo em 31 de dezembro	703.047	780.277

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas, têm os seguintes vencimentos:

	<u>2018</u>
2020	129.455
2021	13.395
2022	13.395
2023 em diante	<u>417.325</u>
	<u>573.570</u>

(a) Empréstimo CEF - água e esgoto

Os financiamentos internos juntos a CEF foram captados para aplicação em redes de água e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre os mesmos, as taxas de juros demonstrados acima.

Os valores a pagar à Caixa Econômica Federal são atualizados pela TR e pela UPR, fator de atualização interno da Caixa Econômica Federal.

O referido contrato não apresentava cláusulas restritivas.

Em 21 de dezembro de 2018, o financiamento foi liquidado de forma antecipada pela Companhia.

(b) Debêntures

Quinta emissão

Em 17 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da quinta emissão de debêntures no valor de R\$113.088 em quantidade de mil debêntures simples, nominativas, de valor nominal unitário de R\$113 não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia real por meio de colocação privada, mediante a subscrição exclusiva do BNDES das debêntures da primeira série e subscrição exclusiva pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR das Debêntures da segunda série. A emissão ocorreu em 15 de junho de 2015.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(b) Debêntures--Continuação

Quinta emissão--Continuação

Essa emissão de debêntures tem por objetivo financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de redução de perdas e consumo de energia. Destacamos que, embora a data da emissão seja em junho de 2015, por conta de atendimentos aos condicionantes contratuais, a primeira subscrição por parte do BNDES e BNDESPAR foi realizada em 23 de outubro de 2015, no valor total de R\$45.236, sendo R\$31.432 referente à primeira série e R\$13.804 referente à segunda série.

Em 13 de julho de 2016, foi realizada subscrição de mais uma tranche de R\$58.044, sendo R\$40.865 da primeira série e R\$17.179 da segunda série.

A emissão possuía carência de 24 meses, encerrados em 15 de junho de 2017, com pagamento de juros trimestrais. A amortização será feita por meio de 96 parcelas mensais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2017, e a última em 15 de junho de 2025.

As debêntures farão jus a juros remuneratórios da seguinte forma:

- (i) 1ª série: TJLP + 1,00% + 1,75%;
- (ii) 2ª série: Selic x (1,00% + 1,75%).

Sexta emissão

Em 18 de novembro 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da sexta emissão de debêntures no valor de R\$200.000 (duzentos milhões) em quantidade de 200 (duzentas) debêntures simples de valor nominal unitário de R\$1.000 (um milhão de reais) não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional por meio de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476/2009. A emissão ocorreu em 17 de dezembro de 2015.

A emissão possuía carência de 23 meses, encerrados em 29 de novembro de 2017, com pagamento de juros mensais. A amortização será feita por meio de 37 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira com vencimento em 29 de dezembro de 2017 e a última em 29 de dezembro de 2020.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(b) Debêntures--Continuação

Sexta emissão--Continuação

As debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DI's *over* extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculados e divulgados pela B3, acrescida exponencialmente de *spread* de 2,74% ao ano. A entrada dos recursos da operação ocorreu em 29 de dezembro de 2015.

Existe previsão de antecipação dos vencimentos contratuais para as emissões de debêntures caso a Companhia venha a apresentar a dívida líquida dividida pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações ("LAJIDA"), maior que 3,5, a ser apurada anualmente pelo agente fiduciário. A Companhia está em conformidade com este *covenant*, visto que apresentava em 31 de dezembro de 2018, um índice de 0,38 (1,16 em 2017).

(c) Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2)

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$1.076.595 (1ª tranche), em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$1.390.817 (2ª tranche) e em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se a totalidade da operação de crédito de R\$3.037.500 que foi captada junto à Caixa Econômica Federal, e será utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento com produção de 12 mil litros de água por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também serão usados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares.

Essa operação de crédito encontra-se na fase de desembolso em relação às 1ª e 2ª tranches e em fase de cumprimento, por parte da Companhia, dos condicionantes contratuais em relação à 3ª tranche. Sendo o prazo para o desembolso dos recursos de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (c) Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2)--Continuação

O Financiamento (CCB nº 433.257-52 - 1ª tranche) possui carência de 48 meses, encerrados em 20 de janeiro de 2019. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de fevereiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo constituído deste financiamento é de R\$358.829 (R\$273.219 em 31 de dezembro de 2017). Os juros remuneratórios desta CCB são de TR + 8,5% a.a.

A 2ª tranche (CCB nº 441.050-71) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,5% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo constituído deste financiamento é de R\$27.111 (R\$3.079 em 31 de dezembro de 2017).

- (d) Emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB nº 449.982-71 (CCB Finisa)

Em 8 de janeiro de 2015, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal - CEF a Cédula de Crédito Bancário - CCB nº 449.982-71 (CCB Finisa) no valor de R\$204.841, bem como seu respectivo aditamento em 9 de dezembro de 2015. Esta CCB teve por objetivo o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 4ª Emissão.

Em 18 de dezembro de 2015, o desembolso dos recursos desta Cédula de crédito bancário foi realizado em parcela única. A emissão possuía carência de 12 meses, encerrados em 15 de dezembro de 2016, com pagamento de juros mensais. A amortização será feita por meio de 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela com vencimento em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2020.

Esta CCB fará jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor da referida cédula, equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DIs over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculados e divulgados pela B3, acrescida exponencialmente de *spread* de 3,01% ao ano.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Tributos a recuperar e a recolher

	2018	2017
Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social (i)	236.342	36.295
	236.342	36.295
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
IRPJ e CSLL (ii)	66.121	155.996
Pasep e Cofins a recolher (iii)	21.476	43.695
ISS a recolher	1.145	821
	88.742	200.512

- (i) Refere-se a valores recolhidos de antecipação de IRPJ que se recupera devido à Imunidade Tributária conforme ACO nº 2.757/RJ, e CSLL e IRPJ retidos na fonte conforme a Lei nº 9.430/96. Conforme divulgado na Nota 17.
- (ii) Refere-se basicamente a CSLL 4º trimestre de 2018, com vencimento em 31/01/2019.
- (iii) Refere-se a valores provisionados da competência de dezembro de 2018, com vencimento em 25 de janeiro de 2019.

15. Parcelamentos tributários

	2018	2017
Refis IV (a)	191.892	217.275
Refis da Copa (b)	72.950	76.332
Paes (Sesi e Senai) (c)	926	4.357
	265.768	297.964
Circulante	40.563	41.717
Não circulante	225.205	256.247
	265.768	297.964

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas, que vencerão a longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	2018
2020	39.809
2021	39.809
2022	39.809
2023 em diante	105.778
	225.205

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Parcelamentos tributários--Continuação

Em julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial ("Paes") instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003 e, em 28 de dezembro de 2006, aderiu ao Parcelamento Excepcional ("Paex") instituído pela Medida Provisória nº 303/2006. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal do Brasil - RFB, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento Programa de Recuperação Fiscal IV ("Refis IV").

(a) Refis IV

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - Refis IV instituído pela Lei Federal nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias.

Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas Paes e Paex, permanecendo os débitos junto ao Serviço Social da Indústria ("Sesi") e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("Senai") no parcelamento anterior.

O parcelamento do Refis IV está subdividido em débitos junto à Receita Federal do Brasil - RFB, PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas Paes e Paex.

O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela Selic, com término previsto para outubro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de dezembro de 2018 no valor de R\$3.037, correspondente a 110ª parcela.

	2018	2017
Principal		
Valor da adesão (principal)	281.340	281.340
Juros	167.022	160.041
Amortizações	(256.470)	(224.106)
	191.892	217.275

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Parcelamentos tributários--Continuação

(b) Refis da Copa

Em agosto de 2014, com o advento da Lei Federal nº 12.996/2014 (“Refis da Copa”) que possibilitou a inclusão de novos débitos no Refis, a Companhia, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, desistiu do parcelamento ordinário e incluiu o saldo remanescente no Refis da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo remanescente do parcelamento ordinário	122.230	122.230
Juros	6.511	6.511
Amortizações	(27.368)	(27.368)
	101.373	101.373
Redução por anistia de juros e multas	(14.617)	(14.617)
Principal do Refis da Copa	86.756	86.756
Juros	28.772	25.509
Amortização	(42.578)	(35.933)
	72.950	76.332

(c) Paes (Sesi e Senai)

	<u>2018</u>		<u>2017</u>
	<u>Sesi</u>	<u>Senai</u>	<u>Total</u>
Principal	9.235	7.284	16.519
Juros	4.339	3.446	7.785
Multa	1.574	1.331	2.905
Valor da adesão	15.148	12.061	27.209
Juros TJLP	7.999	6.178	14.177
Amortizações	(22.632)	(17.828)	(36.933)
	515	411	926

No mês de julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao parcelamento de Paes instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003, de Sesi do período de abril de 2000 a dezembro de 2001 e Senai no período de julho de 2000 a junho de 2002.

Os pagamentos foram realizados até outubro de 2009, nas regras da Lei Federal nº 10.684/2003, enquadrados conforme segue:

- SRF - 0,75% do faturamento mensal bruto, relativo ao mês imediatamente anterior ao do pagamento, acrescido da TJLP acumulada.
- INSS, Sesi e Senai - 1/180 avos do principal acrescido da TJLP acumulada.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências

a) Depósitos e bloqueios judiciais

A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas	837.124	833.917
Cíveis	718.975	631.407
Tributárias	52.806	23.344
	<u>1.608.905</u>	<u>1.488.668</u>

b) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores internos, externos e nas análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cíveis (i)	1.455.629	1.432.100
Trabalhistas (ii)	671.041	792.778
Tributárias (iii)	242.812	238.628
	<u>2.369.482</u>	<u>2.463.506</u>

A movimentação das provisões relativas ao exercício de 2018 e 2017 está apresentada como segue:

Natureza da contingência	2017	Constituições			2018
		(*)	Reversões (*)	Pagamentos	
Cíveis	1.432.100	403.707	(124.004)	(256.174)	1.455.629
Trabalhistas	792.778	292.940	(174.524)	(240.153)	671.041
Tributárias	238.628	10.353	(71)	(6.098)	242.812
	<u>2.463.506</u>	<u>707.000</u>	<u>(298.599)</u>	<u>(502.425)</u>	<u>2.369.482</u>

Natureza da contingência	2016	Constituições			2017
		(*)	Reversões (*)	Pagamentos	
Cíveis	1.273.531	613.372	(183.993)	(270.810)	1.432.100
Trabalhistas	803.931	215.806	(3.578)	(223.381)	792.778
Tributárias	232.401	7.439	(1.212)	-	238.628
	<u>2.309.863</u>	<u>836.617</u>	<u>(188.783)</u>	<u>(494.191)</u>	<u>2.463.506</u>

(*) Contém atualização monetária.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências-- Continuação

b) Provisão para contingências--Continuação

A Companhia vem realizando revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, foram estabelecidas médias de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações, o que gerou aumento nos valores da contingência.

As constituições e reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentam o valor líquido de R\$408.401 (R\$647.834 em 2017) e tem como contrapartida a conta de “Provisão para contingências” e “Passivos fiscais” na linha de “Outras receitas operacionais” (Nota 25).

Os objetos das causas classificadas como de perda provável, segregados por natureza estão informados abaixo:

(i) *Ações cíveis*

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	2.548	5.293
Demais ações	3.371	5.315
Desabastecimento	1.811	2.341
Cortes por inadimplemento	333	623
Área de Planejamento 5 - (“AP5”)	159	298
Total dos Juizados Especiais Cíveis	8.222	13.870
Juizados de Fazenda Pública		
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima (b)	646.411	515.953
Desconstituição da tarifa de esgoto (a)	420.265	466.375
Demais ações	263.493	236.908
Descumprimentos de contratos	37.556	89.998
Cobranças indevidas	46.176	79.400
Acidentes vazamentos/bueiro	28.913	25.846
Licitação	1.067	3.297
Cortes indevidos	3.526	453
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	1.447.407	1.418.230
Total das ações cíveis	1.455.629	1.432.100

- (a) A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações. Também foram atualizadas as provisões naqueles processos em fase de execução, de forma a demonstrar o efetivo valor da condenação. Destes procedimentos decorreu o aumento nos valores da contingência.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

b) Provisão para contingências--Continuação

(i) *Ações cíveis*--Continuação

(b) A Companhia utiliza o valor histórico das condenações para atribuição do valor da contingência, realizando revisões periodicamente, de forma que os valores apurados demonstrem provisionamentos bem próximos da realidade. Nesse contexto, em relação aos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, em que a utilização de uma única média para todos os tipos de demandantes (pessoas físicas, jurídicas ou condomínios) se mostrou inadequada, apuraram-se valores distintos por categoria de demandante.

(ii) *Ações trabalhistas*

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Desvio de função	128.731	162.732
Incremento salarial	116.840	153.298
Progressão horizontal	127.190	151.849
Horas extras	103.950	100.815
Demais ações	82.902	87.153
Reintegração/reintegração aposentado	40.465	46.763
Retenção salarial	25.929	33.919
Equiparação/diferenças salariais	22.649	30.230
Enquadramento e reenquadramento	22.385	26.019
	<u>671.041</u>	<u>792.778</u>

(iii) *Ações tributárias*

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, questionando a tomada de créditos de PIS e COFINS na apuração dos tributos referentes ao período-base de 2008 a 2010, no total de R\$239.515 com aplicação de multa e juros, dando origem ao Processo Administrativo Fiscal nº 16682.721140/2012-75 (MPF 07185002011007820). Em janeiro de 2013, a Companhia solicitou ao conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF uma revisão do auto de infração com o objetivo de esclarecer a composição do montante autuado e, em dezembro de 2013, a Secretária da Receita Federal do Brasil apresentou composição desse montante em R\$199.515 (PIS: R\$50.721 e COFINS: R\$148.794) com aplicação de multa e juros.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

b) Provisão para contingências--Continuação

(iii) Ações tributárias--Continuação

Consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui como provisão o valor de R\$75.323, acrescido de multa de aproximadamente R\$30.607 e juros atualizado de R\$78.149 totalizando R\$184.079 e concluiu como possíveis perdas cerca de R\$30.081, acrescidos de multa de aproximadamente R\$11.280 e juros de R\$23.930, totalizando R\$65.291.

c) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2018, as causas classificadas como possíveis totalizam R\$1.391.415 (R\$1.419.885 em 2017), sendo R\$410.059 de ações trabalhistas, R\$652.379 de ações cíveis e R\$328.977 de ações tributárias (R\$510.495, R\$639.065 e R\$270.325, respectivamente, em 2017). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Riscos trabalhistas		
Desvio de função	122.661	154.302
Progressão horizontal por antiguidade	71.568	105.170
Reintegração	27.220	27.220
Enquadramento	6.191	9.102
Isonomia salarial	4.053	5.466
	231.693	301.260
Riscos cíveis		
Esgoto	234.153	240.432
Cobrança indevida	65.109	52.050
Hidrômetro	4.682	4.429
Contratos	2.466	3.435
Posse de imóvel	630	690
	307.040	301.036
Riscos tributários		
Pasep e COFINS	205.612	196.537
IRPJ e CSLL	55.058	55.058
	260.670	251.595

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

c) Causas possíveis--Continuação

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atingem o montante de R\$36.426 em 31 de dezembro de 2018 (R\$33.721 em 2017), referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Tais valores não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*

Em 14 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Entendeu-se que dispositivo da lei da desindexação da economia (Lei nº 8.177/1991) que determinava a atualização dos valores devidos na Justiça do trabalho pela taxa referencial seria inconstitucional, pois não preservava o real valor dos créditos trabalhistas.

Contudo, em decisão publicada no dia 16 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar para suspender os efeitos de decisão proferida pelo TST que determinou a substituição dos índices de correção monetária aplicada aos débitos trabalhistas de forma automática e *erga omnes* (para todos). O STF entendeu que o TST extrapolara a sua competência ao determinar a utilização do IPCA abstratamente em toda a Justiça do Trabalho, de forma obrigatória.

Dessa forma, como ainda não há decisão de mérito e, portanto, definitiva acerca de qual índice deverá ser utilizado na Justiça do Trabalho, a Companhia acredita ser mais consentâneo com a realidade o provisionamento dos passivos trabalhistas corrigidos pela TR, já que é o índice previsto na Lei nº 8.177/1991 (com alterações posteriores, que substituíram a TRD pela TR) e, a princípio, presume-se constitucional.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	2018	2017
Impostos diferidos passivos		
Ativo intangível - CSLL (Nota 11.vii)	530.675	547.482
Ativo intangível - IRPJ (Nota 11.vii)	-	1.520.783
Depósitos judiciais - CSLL	47.138	39.659
Depósitos judiciais - IRPJ	-	110.164
	577.813	2.218.088
Impostos diferidos ativos		
Provisões para contingências - CSLL	(195.147)	(203.601)
Provisões para contingências - IRPJ	-	(565.560)
Perda atuarial - CSLL	(209.483)	(201.046)
Perda atuarial - IRPJ	-	(575.084)
Outras perdas - CSLL	(21.272)	(16.616)
Outras perdas - IRPJ	-	(46.352)
	(425.902)	(1.608.259)
Não circulante	151.911	609.829

A contribuição social diferida é calculada sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis intermediárias. A alíquota desse tributo é de 9%.

Contribuição social ativa é reconhecida na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Como divulgado na Nota 17.c, a Companhia se tornou ente imune a impostos, conseqüentemente os créditos e débitos diferidos sobre IRPJ foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilite a realização dos valores diferidos de IRPJ.

A partir dos recolhimentos dos impostos e contribuições sobre o lucro do exercício de 2018 a Companhia optou pelo regime de apuração trimestral da CSLL.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 31 de dezembro de 2017	776.130	769.161	(2.068.265)	(149.823)	62.968	(609.829)
Perda atuarial	19.485	-	-	-	-	19.485
Provisão para contingências	-	(5.361)	-	-	-	(5.361)
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(12.948)	-	(12.948)
Ativo intangível	-	-	36.270	-	-	36.270
Outras perdas	-	-	-	-	10.389	10.389
Imunidade tributária - IRPJ	(586.132)	(568.653)	1.501.320	115.633	(52.085)	410.083
Em 31 de dezembro de 2018	209.483	195.147	(530.675)	(47.138)	21.272	(151.911)
	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2017	618.649	716.951	(2.132.665)	(118.107)	27.800	(887.372)
Perda atuarial	157.481	-	-	-	-	157.481
Provisão para contingências	-	52.210	-	-	-	52.210
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(31.716)	-	(31.716)
Ativo intangível	-	-	64.400	-	-	64.400
Outras perdas	-	-	-	-	35.168	35.168
Em 31 de dezembro de 2017	776.130	769.161	(2.068.265)	(149.823)	62.968	(609.829)

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

a) *Reconciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)*

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.462.178	507.908
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social - %	9%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(131.595)	(172.689)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Cancelamento de contas	(16.419)	(53.663)
Outros	(1.428)	(1.793)
Diferença de alíquota no exercício	(79.030)	-
Reversão do IRPJ (Imunidade)	(401.327)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(629.799)	(228.145)
Imposto de renda e contribuição social corrente	134.725	(381.561)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(764.524)	153.416
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(629.799)	228.145

b) *Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"*

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade.

A CEDAE irá peticionar junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, Ação de Repetição de Indébito Tributário solicitando a restituição do Imposto de Renda pago pela Companhia nos últimos cinco anos, anteriores a propositura da ação, bem como aqueles fatos geradores que ocorreram durante o tramite da ação, no valor de R\$2.248.902 (dois bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, novecentos e dois mil reais) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

- b) *Imunidade Tributária sobre impostos federais “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ”--*
Continuação

Destacamos que no próximo reajuste tarifário o reflexo da imunidade tributária impactará diretamente o cálculo da tarifa. Pois sua estrutura tarifária é constituída pelos investimentos da Companhia, seus custos operacionais e seus impostos e encargos.

- c) *Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa -*
Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ”

A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, Ação de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a repetição de Indébito Tributário solicitando devolução de valores uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária no de R\$1.122.573 (um bilhão, cento e vinte dois milhões e quinhentos e setenta e três mil reais) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

18. Outras contas a pagar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para licença prêmio (a)	143.111	137.312
Outras obrigações financeiras (b)	37.049	66.919
Pasep e COFINS diferidos sobre créditos governamentais	40.661	42.448
Outras contas a pagar	1.791	3.416
	<u>222.612</u>	<u>250.095</u>

- (a) Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados, é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos, a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$63.816 em dezembro de 2018 (R\$59.794 em 2017) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R\$143.111 no passivo não circulante (R\$137.312 em 2017).
- (b) Trata-se de acordo firmado entre a CEDAE e os Consórcios: Módulo, Acqua-Rio e Operação Contínua, relativo ao reajustamento de contratos firmados entre as Companhias, cujo saldo será amortizado em até 60 (sessenta) meses.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE ("CAC") foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a Prece e com 6% da folha de pagamento para a CAC.

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é a seguinte:

	2018	2017
Plano de previdência complementar - Prece (a)	259.201	651.849
Dívida Prece	660.227	915.931
	919.428	1.567.780
Plano de assistência médica - CAC (b)	1.187.433	779.551
Prêmio aposentadoria (c)	42.080	41.535
	2.148.941	2.388.866
Plano de previdência complementar - Prece III CD (a)	-	-
	2.148.941	2.388.866
Circulante	354.515	322.444
Não circulante	1.794.426	2.066.422
	2.148.941	2.388.866

(a) Prece

A Prece administra os planos de benefícios previdenciários Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV, sendo os planos Prece I, Prece II e parcela dos optantes pela renda vitalícia que optaram pelo Prece CV estão estruturados na modalidade de benefício definido e na modalidade contribuição definida os Planos Prece III e Prece CV (demais optantes). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Participantes	2018		
	Quantidade		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	838	1.589	1.239
Prece II	731	516	201
Prece III	365	-	-
Prece CV	2.118	1.901	2.082

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

(a) Prece--Continuação

Participantes	2017		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	1.055	1.631	1.299
Prece II	915	536	218
Prece III	321	-	-
Prece CV	2.150	1.921	2.170

Plano Prece I

O Plano Prece I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (CAC, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário 15 anos de filiação à Prece, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial do INSS.

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.
- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

(a) Prece--Continuação

Plano Prece I--Continuação

- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA ("SINTSAMA"), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

Em garantia ao pagamento mencionado, a CEDAE ofereceu os recebíveis decorrentes da prestação de serviços de água e esgoto, exceto aos usuários localizados nos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

(a) Prece--Continuação

Plano Prece I--Continuação

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$177.310 que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que o valor das contribuições sob sua responsabilidade já se encontram incorporadas no passivo não circulante.

Plano Prece II

Este plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano Prece I e foi criado para suplementar a renda do Prece I, ultrapassando o teto seu limite. Este plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Plano Prece CV

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e Prece II), e tem como patrocinadoras a CEDAE, CAC e a Prece. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, e renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Neste plano o participante possui uma conta individual (exceto a modalidade Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

(a) Prece--Continuação

Plano Prece CV--Continuação

O participante que migrou com opção pela Renda Vitalícia mantém o mesmo rol de dependentes do plano de origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever-se como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal.

Este plano está fechado para novas adesões.

Plano Prece III

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Esse plano é exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Neste tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste jóia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

(b) Caixa de Assistência aos Servidores - CAC

A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE-CAC administra o plano assistencial destinado aos empregados da CEDAE, Prece, CAC e seus dependentes dos exercícios de 2018 e 2017.

Participantes	2018	
	Quantidade	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial CAC	5.111	22.900

Participantes	2017	
	Quantidade	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial CAC	4.974	15.835

O Estatuto da Prece e o Regulamento do Plano CAC estão adaptados à legislação vigente.

(c) Prêmio de aposentadoria

Em 31 de dezembro de 2018, o prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 3.332 participantes (3.532 em 2017) (Nota 2.15.a.4).

As contribuições da Companhia para o fundo totalizaram:

	2018	2017
Plano de benefícios (Prece)	4.034	5.147
Plano de assistência (CAC)	115.403	109.469
Prêmio aposentadoria	894	10.585
	120.331	125.201

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefício definido	2.694.211	2.733.095
Valor justo dos ativos do plano	(545.270)	(344.229)
Passivo atuarial líquido	2.148.941	2.388.866

A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	CAC	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2017	(497.579)	(24.191)	(19)	(826.526)	(723.072)	(50.767)	(2.122.154)
Custo do serviço corrente	(7.924)	(108)	(12)	(30)	(13.364)	(2.343)	(23.781)
Custo com juros	(76.613)	(15.035)	(83)	(91.702)	(73.552)	(4.446)	(261.431)
Rendimentos esperados dos ativos	25.398	12.574	82	5.103	-	-	43.157
Benefícios pagos no ano	-	-	-	-	109.469	10.585	120.054
Contribuições participantes	6.945	1.313	-	-	-	-	8.258
Contribuições da patrocinadora	4.848	53	59	187	-	-	5.147
Ganhos(perdas) atuariais, líquidas	(94.359)	(83.744)	528	93.612	(79.034)	5.436	(157.561)
Mudança de hipóteses	-	-	(555)	-	-	-	(555)
Em 31 de dezembro de 2017	(639.284)	(109.138)	-	(819.356)	(779.553)	(41.535)	(2.388.866)
Custo do serviço corrente	(2.024)	26	(35)	(9)	(16.477)	(1.939)	(20.458)
Custo com juros	(68.324)	(17.068)	(25)	(84.030)	(69.382)	(3.419)	(242.248)
Rendimentos esperados dos ativos	8.132	6.917	(76)	7.888	-	-	22.861
Benefícios pagos no ano	-	-	-	-	115.403	894	116.297
Contribuições participantes	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora	3.906	48	77	80	-	-	4.111
Ganhos(perdas) atuariais, líquidas	400.854	58.112	59	333.842	(437.424)	3.919	359.362
Mudança de hipóteses	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	(296.740)	(61.103)	-	(561.585)	(1.187.433)	(42.080)	(2.148.941)

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante os exercícios de 2018 e 2017 é demonstrada a seguir:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2017	1.848.907	723.072	50.767	2.622.746
Custo do serviço corrente	8.074	13.364	2.343	23.781
Juros sobre obrigações atuariais	183.433	73.552	4.446	261.431
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	59.188	79.034	(5.436)	132.786
Benefícios pagos	(187.258)	(109.469)	(10.585)	(307.312)
Em 31 de dezembro de 2017	1.912.344	779.553	41.535	2.733.432
Custo do serviço corrente	2.042	16.476	1.939	20.457
Juros sobre obrigações atuariais	169.447	69.381	3.419	242.247
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	(468.440)	437.424	(3.919)	(34.935)
Contribuições dos participantes	35.950	-	-	35.950
Benefícios pagos	(186.177)	(115.403)	(894)	(302.474)
Em 31 de dezembro de 2018	1.465.166	1.187.431	42.080	2.694.677

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios no exercício apresentado é a seguinte:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2017	500.590	-	-	500.590
Rendimento esperado dos ativos	43.157	-	-	43.157
Ganho atuarial dos ativos do plano	(24.775)	-	-	(24.775)
Contribuições da patrocinadora	5.147	-	-	5.147
Contribuições dos participantes	8.258	-	-	8.258
Benefícios pagos	(187.258)	-	-	(187.258)
Em 31 de dezembro de 2017	345.119	-	-	345.119
Rendimento esperado dos ativos	23.012	-	-	23.012
Ganho atuarial dos ativos do plano	324.427	-	-	324.427
Contribuições da patrocinadora	4.111	-	-	4.111
Contribuições dos participantes	35.950	-	-	35.950
Benefícios pagos	(186.177)	-	-	(186.177)
Em 31 de dezembro de 2018	546.442	-	-	546.442

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

A composição dos ativos dos planos é como segue:

	2017		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	34,65%	21,72%	12,36%
Renda fixa	20,31%	29,39%	34,13%
Imóveis	29,58%	19,13%	9,12%
Caixa e equivalentes de caixa	0,14%	0,04%	0,03%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	15,32%	29,72%	44,36%
	100,00%	100,00%	100,00%

	2018		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	27,33%	19,70%	15,47%
Renda fixa	28,42%	25,53%	47,39%
Imóveis	27,84%	19,34%	8,96%
Caixa e equivalentes de caixa	0,03%	0,20%	0,05%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	16,38%	35,23%	28,13%
	100,00%	100,00%	100,00%

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuariais. Dessa forma, a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial.

Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2018	2017
Custo do serviço corrente	(20.458)	(23.781)
Juros sobre obrigações atuariais	(242.248)	(261.431)
Rendimento esperado dos ativos	22.861	43.157
Contribuições dos participantes	-	8.258
Reconhecido no resultado (Nota 25)	(239.845)	(233.797)

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

	2018	2017
Saldo inicial dos ganhos (perdas) atuariais acumulado do resultado abrangente em 1º de janeiro	(739.733)	(498.781)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Prece	439.591	(283.787)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - CAC	(437.607)	(86.492)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - prêmio de aposentadoria	3.886	5.200
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(528)	124.127
Total dos ganhos (perdas) líquidos (as) atuariais no exercício do resultado abrangente	5.342	(240.952)
Total dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 31 de dezembro	(734.391)	(739.733)

Apresentamos abaixo as contribuições esperadas para o encerramento do ano fiscal de 31 de dezembro de 2019:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	CAC	Total
1. Companhia	2.620	25	99	59	45.628	48.431
2. Participantes	22.058	3.476	-	8.033	-	33.567

O perfil de vencimento do pagamento de benefícios:

	Prece I	Prece II	Prece CV	CAC	Prêmio de aposentadoria	Total
2019	64.380	20.462	102.691	45.618	8.754	241.905
2020	60.475	18.706	93.993	45.279	2.089	220.542
2021	56.556	17.067	85.769	44.652	3.453	207.497
2022	52.693	15.541	78.042	44.192	2.532	193.000
2023 ou posterior	511.572	125.615	670.473	1.007.691	25.253	2.340.604
Duração (em anos)	16,54	10,55	8,58	16,10	5,44	-

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

Premissa	Prece I		
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(31.122)	(7,56)
	Redução de 0,5%	33.714	8,19
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	18.846	4,58
	Redução de 1 ano	(18.943)	(4,60)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	1.016	0,25
	Redução de 0,5%	(868)	(0,21)

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

Prece II			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(7.159)	(4,90)
	Redução de 0,5%	7.683	5,26
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	6.501	4,45
	Redução de 1 ano	(6.479)	(4,43)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	-	-
	Redução de 0,5%	-	-
Prece III			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(8)	(1,73)
	Redução de 0,5%	8	(1,80)
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(25)	(5,34)
	Redução de 1 ano	28	5,94
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	14	3,04
	Redução de 0,5%	(12)	2,62
Prece CV			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(36.517)	(4,03)
	Redução de 0,5%	39.123	4,31
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	33.060	3,64
	Redução de 1 ano	(32.895)	(3,63)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	1	-
	Redução de 0,5%	(1)	-
CAC			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(90.091)	(7,59)
	Redução de 0,5%	104.281	8,78
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	43.076	3,68
	Redução de 1 ano	(42.913)	(3,61)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	112.724	9,49
	Redução de 0,5%	(97.854)	(8,24)

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo atuarial--Continuação

Prêmio de Aposentadoria			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(1.095)	(2,60)
	Redução de 0,5%	1.164	2,77
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(117)	(0,28)
	Redução de 1 ano	107	0,25
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	1.206	2,87
	Redução de 0,5%	(1.032)	(2,45)

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos: Prece, CAC e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência médicas	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV	CAC	
Taxa de desconto ao ano - %	4,94	4,88	4,17	4,76	4,95	4,50
Taxa de retorno de ativos - %	4,94	4,88	4,17	4,76	4,95	4,50
Crescimento salarial - %	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45
Inflação - %	4,01	4,01	4,01	4,01	4,01	4,01
Fator capacidade - %	98,24	98,24	100,00	100,00	100,00	100,00
Aging Factor - %	-	-	-	-	2,50	-

Hipóteses demográficas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência -	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV	CAC	
Tábua de mortalidade	AT-83 IAM masculina	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 segregada por sexo	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada de invalidez	Muller	Muller	Álvaro Vindas	Mercer Disability segregada por sexo (D30)	Mercer Disability segregada por sexo (D30)	Mercer Disability segregada por sexo (D30)
Rotatividade	Experiência Prece 2012/2017	Experiência Prece 2015	Experiência Prece 2012/2017	Experiência Prece 2012/2017	Experiência Prece 2012/2017	Experiência Prece 2012/2017
Composição familiar - ativos	Família Média (*)	Família Média (*)	Não Aplicável	Família Média (*)	Família Real (**)	Não Aplicável
Composição familiar - assistidos	Família Rea I(**)	Família Real (**)	Não Aplicável	Família Real (**)	Não Aplicável	Não Aplicável
Inflação Médica	-	-	-	-	2,50%	-

(*) Cônjuge feminino 4 (quatro) anos mais jovem que o titular, sendo 90% casados.

(**) Conforme base cadastral.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outros parcelamentos

	2018	2017
Indústria Antártica do Sudeste (a)	110.217	99.364
General Electric do Brasil (b)	45.670	40.972
Prece Previdência Complementar - aluguéis (c)	-	13.048
Outros	15.049	17.329
	170.936	170.713
Circulante	75.126	85.756
Não circulante	95.810	84.957
	170.936	170.713

(a) Indústria Antártica do Sudeste

Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de tarifa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999, no qual a CEDAE vem compensando as parcelas da dívida com o volume de água fornecida mensalmente a Indústria Antártica do Sudeste.

(b) General Electric do Brasil

A Companhia assinou, no ano de 2001, com a General Eletric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente as ações cautelares e declaratórias acumuladas perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio de Janeiro de números 96.001.121535-0 e 96.001128412-8. O valor de R\$20.910, correspondente ao débito da Companhia perante a General Eletric do Brasil equivalente a 1.770.420 metros cúbicos (informação não auditada) é corrigido anualmente e amortizado com os consumos em m³ de águas das matrículas cadastradas na Companhia e de responsabilidade da General Eletric do Brasil.

(c) Prece Previdência Complementar - Aluguéis

Em novembro 2017, a Companhia assinou com a PRECE - Previdência Complementar o compromisso de pagamento das diferenças de aluguéis devidos e não pagos até 31/07/2017, os quais foram quitados em parcela única em 28/02/2018.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$1.993.917 (R\$1.794.586 em 2017), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 2017).

Durante o exercício de 2018, a Companhia aumento seu capital social em R\$199.331 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais, sem alteração do número de ações.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por quantidade de ações está assim distribuída:

	2018		2017	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Estado do Rio de Janeiro	629.069.087	99,9996	629.069.087	99,9996
Outros	2.521	0,0004	2.521	0,0004
	629.071.608	100,0000	629.071.608	100,0000

b) Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.

As tabelas abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2018	2017
Quantidade de ações	629.071.608	629.071.608
Quantidade de ações equivalentes de ações ordinárias	629.071.608	629.071.608
Lucro atribuível (R\$)	832.378.967	279.762.788
Lucro por ação (R\$)	1,32	0,44

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

b) Lucro por ação--Continuação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	832.379	279.763
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Lucro básico por ação (R\$)	1,32	0,44
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	832.379	279.763
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	832.379	279.763
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	629.072	629.072
Lucro diluído por ação (R\$)	1,32	0,44

c) Dividendos propostos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária na ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	832.379	279.763
Reserva legal - 5%	(41.619)	(13.988)
	790.760	265.775
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	197.690	66.444
Quantidade de ações ordinárias	629.072	629.072
Dividendos por ação	R\$0,31	R\$0,11

d) Reserva de capital

É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União Federal que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é composto de R\$2.037 de doações de redes de águas e esgoto, R\$3.869 do Programa Habitar Brasil e R\$8.058 do Programa Ação Social de Saneamento, compondo um total de R\$13.964.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal nº 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva legal é de R\$132.753 (R\$91.134 em 2017).

f) Outros resultados abrangentes

A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do exercício que em 2018, foram de R\$150.476 (R\$125.012 em 2017), pelos ganhos líquidos atuariais que em 2018, foram de R\$273.007 (ganho líquido de R\$240.952 em 2017), sendo ambos os saldos líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos e pelo reflexo da Imunidade Tributária sobre impostos federais “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ” que reverteu todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ no valor de R\$1.501.320.

g) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de água e esgoto, em conformidade com o artigo 196 da Lei Federal nº 6.404/1976.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$743.546 (R\$324.343 em 2017), a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas que ocorrerá em 30 de abril de 2019.

22. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços de distribuição de água	3.673.128	3.469.971
Serviços de coleta e tratamento de esgoto	1.972.582	1.797.284
Receita bruta de serviços	5.645.710	5.267.255
Tributos sobre faturamento	(212.324)	(499.845)
	5.433.386	4.767.410

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

a) Custo dos serviços prestados

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos com pessoal	(896.919)	(894.289)
Custos com serviços de terceiros	(742.116)	(663.977)
Custos com depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	(278.010)	(280.830)
Custos com material	(110.495)	(92.823)
Créditos de Pasep e COFINS sobre depreciação	2.081	4.336
Outras	(9.205)	(8.892)
	<u>(2.034.664)</u>	<u>(1.936.475)</u>

b) Despesas comerciais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida (Nota 8.4)	(848.158)	(954.406)
Despesas com serviços de terceiros	(120.226)	(129.089)
Despesas com pessoal	(27.996)	(27.825)
Despesas com material	(7.840)	(2.331)
Outras	(4.978)	(1.226)
	<u>(1.009.198)</u>	<u>(1.114.877)</u>

c) Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com pessoal	(188.512)	(217.997)
Despesas com serviços de terceiros	(159.922)	(157.591)
Repasse Extraordinário CAC (i)	(43.000)	-
Despesas com custas legais e judiciais	(28.015)	(12.365)
Despesas com material	(1.768)	(3.420)
Outras	(20.620)	(13.154)
	<u>(441.837)</u>	<u>(404.527)</u>

(i) Trata-se de aporte financeiro para fins de regularização de necessidades de ativos garantidores e aporte de regularização devido a repetidos resultados deficitários deixando-o com insuficiência de capital mínimo.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

a) Despesas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(65.357)	(98.072)
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários	(52.881)	(86.108)
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias	(483)	(21.008)
Outras	(1.482)	(1.184)
	<u>(120.203)</u>	<u>(206.372)</u>

b) Receitas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Atualização monetária	107.343	142.944
Juros auferidos	42.576	51.739
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 7)	19.949	16.922
Multas por impontualidade	17.121	18.069
Descontos obtidos e bonificações	5.379	1.101
	<u>192.368</u>	<u>230.775</u>

25. Outras despesas operacionais, líquidas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras receitas operacionais		
Recuperação de despesa e receita fiscais	64.213	17.705
Recuperação de despesas judiciais (i)	15.872	26.346
Reversão de provisões	1.388	12.802
Demais receitas operacionais	19.526	7.676
	<u>100.999</u>	<u>64.529</u>
Outras despesas operacionais		
Constituição de provisão para contingências e passivos fiscais, líquida (Nota 16.b)	(408.401)	(647.834)
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 19)	(239.709)	(233.797)
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida	(930)	(932)
Outras	(9.633)	(9.992)
	<u>(658.673)</u>	<u>(892.555)</u>
	<u>(557.674)</u>	<u>(828.026)</u>

(i) Refere-se a receita com a recuperação de depósitos judiciais.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Riscos	Data vigência		2018	2017
	De	Até		
Responsabilidade civil geral	29/08/2018	29/08/2019	20.000	20.000
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	12/09/2018	12/09/2019	150.182	150.182
Equipamento transformador cedido pela Light	29/05/2018	12/03/2019	1.500	-

27. Eventos Subsequentes

Em 2019, o Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro elegeu, Hélio Cabral Moreira, Presidente (DP) e os diretores José Bandeira Mello Junior, Diretoria Administrativa-financeira e Relação com Investidores (DFI); Carlos Henrique Coelho Braz, Diretoria Técnico e de Projetos (DTP) e Diretoria da Região do Interior (DRI); José Pinheiro Filho, Diretoria de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade (DPE); Alexandre Bianchini Antônio, Diretoria de Saneamento e Grande Operação (DSG) e José Saba Filho, Diretoria Jurídico e de Gente e Gestão (DJG).

Ao longo dos meses de fevereiro e março de 2019, a administração da CEDAE dando continuidade ao processo de melhoria de sua eficiência operacional, procedeu um corte expressivo em suas despesas com pessoal, o qual teve como foco os funcionários de salários mais elevados.

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Helio Cabral Moreira
Diretor-Presidente

José Bandeira de Mello Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Pinheiro Filho
Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade

Carlos Henrique Coelho Braz
Diretor Técnico e de Projetos e da Região do Interior

José Saba Filho
Diretor Jurídico e de Gente e Gestão

Alexandre Bianchini Antônio
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Renato Ferreira Coelho
Assessor de Contabilidade
Contador - CRC-RJ 089799/O-3

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, Nº 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras em IFRS da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, Nº 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras em IFRS da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

De acordo com o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da CEDAE, o Comitê de Auditoria reuniu-se mensalmente no curso do ano de 2018, mantendo como foco principal a avaliação dos trabalhos das Auditorias Interna e Externa; o acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras; e, o assessoramento à Administração da CEDAE com destaque aos seguintes temas:

- Reorganização da área de Governança Corporativa, compreendendo a Auditoria Interna, os Controles Internos, Compliance e Gestão de Riscos ;
- Adequação à Lei 13.303/2016;
- Avaliação da adequação das provisões para inadimplências e para contingências; e,
- Adequação dos processos de Controladoria, Orçamentos, Controles e Avaliações de Desempenhos.

Fundamentado nas constatações obtidas nas reuniões mensais realizadas, inclusive até o mês de março de 2019, e no relatório apresentado pela EY – ERNST YOUNG, empresa de auditoria independente responsável pela avaliação dos procedimentos contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras da CEDAE, bem como, dos controles internos instituídos na Organização; considerando que os trabalhos de auditoria tiveram abrangência considerada suficiente para avaliar com segurança a qualidade e a transparência das referidas demonstrações, o Comitê de Auditoria propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

Antonio Miguel Fernandes

João Aldemir Dornelles

PARECER DO CONSELHO FISCAL CEDAE Nº 001/2019

Senhores Acionistas,

1. O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.
2. Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 26 de março de 2019. O referido Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 apresentam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia.
3. Diante do exposto, este Conselho Fiscal aprova as contas da Companhia e opina no sentido de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

LUCIANO MOREIRA SANTOS

Presidente do Conselho Fiscal
CPF: 788.809.637-91

ANDREA RIECHERT SENKO

Membro do Conselho Fiscal
CPF: 008.946.177-02

FRANCISCO PEREIRA IGLESIAS

Membro do Conselho Fiscal
CPF: 795.915.157-15

JOSÉ YOCHIMY ARAKAKI

Membro do Conselho Fiscal
CPF: 027.697.357-72

DELIBERAÇÃO Nº. 001/2019

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como os Relatórios da Auditoria Externa EY, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2018, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2018 e, por seus Membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

1. **Edmundo José Rodrigues Neto – Presidente**
2. **Joseph Junqueira de Macedo Reiner – Vice-Presidente**
3. **Helio Cabral Moreira – Membro**
4. **Durval Soledade Santos – Membro**
5. **Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa – Membro**
6. **Renato Prates Rodrigues – Membro**
7. **Thereza Cristina Nogueira de Aquino – Membro**
8. **Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira – Membro**

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Responsabilidade Social e Ambiental

CEDAE: empresa que produz saúde e promove a melhoria da qualidade de vida do cidadão fluminense.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO:

Em 2018, mesmo tendo sido um ano de crise econômico-financeira no País e no estado do Rio de Janeiro, a Cedae mostrou desempenho positivo e conseguiu dar andamento aos projetos sociais e ambientais que realiza. Dessa forma, pôde avançar na busca por melhorias significativas para o ambiente e a sociedade, o que poderá ser acompanhado com detalhes no Balanço Social.

No que diz respeito ao aspecto social, na busca constante por maneiras de aprimorar seus serviços, oferecer oportunidades para jovens e fazer a diferença, a Cedae investe no Programa Jovem Aprendiz, no qual já participaram 1418 adolescentes, sendo 42 Pessoas com Deficiência Intelectual. Reconhecido pela inclusão social, a iniciativa privilegia a contratação de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, assim como pessoas com deficiência intelectual, em uma parceria com o RioSolidario, a Escola Especial Favo de Mel (Faetec) e o CIEE. Atualmente, 196 jovens aprendizes estão participando do programa, entre eles uma nova turma de 14 jovens com deficiência que iniciou as atividades na Companhia em 2018.

Outras ações com aspecto social estiveram presentes ao longo do ano, tanto na valorização do quadro de empregados da companhia, como a disponibilidade de atividades para aprimoramento profissional. Também podemos destacar a implantação do Comitê de Ética e do Canal de Ética independente, que reafirmam o reconhecimento da importância de todos os envolvidos com a Cedae e a determinação por uma gestão transparente. Dando andamento aos programas socioambientais, a Cedae também conta com o “Replantando Vida”, premiado e reconhecido diversas vezes. O mesmo se destacou mais uma vez em 2018, recebendo o Selo Resgata, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. No Estado do Rio de Janeiro, apenas a Cedae recebeu tal homenagem pelo trabalho de inserção de apenados no mercado de trabalho.

Já passaram pelo programa socioambiental cerca de 3 mil apenados. Atualmente, 404 apenados estão empregados na Cedae, exercendo atividades diversas nas unidades da Companhia (serviços gerais, produção de uniformes da empresa e cultivo e plantio de mudas nos viveiros).

O “Replantando Vida” conta com sete viveiros florestais que, juntos, têm capacidade de produzir um milhão de mudas florestais por ano. Em 2018, um novo espaço de criação de mudas foi incorporado, o Viveiro Florestal Bióloga Maria de Fátima Rodrigues Ferreira, localizado na Caixa Velha da Tijuca, no Rio de Janeiro. Este viveiro destina-se, principalmente, a espécies ameaçadas de extinção.

São 243 espécies nativas da Mata Atlântica que fazem parte do programa e são utilizadas, prioritariamente, nos plantios para a proteção de nascentes e mananciais hídricos que atendem ao Estado do Rio de Janeiro.

Outros trabalhos ambientais continuam em andamento, como a já reconhecida e premiada utilização do lodo, oriundo do tratamento das estações de esgotamento sanitário, como adubo para a produção de mudas.

Ao longo do ano outras ações da Companhia tiveram continuidade, como o Programa Cedae Presente, que visa regularizar e implantar novas ligações em locais já providos de abastecimento; e o Combate a Fraude, que conta com operações rotineiras para coibir ligações clandestinas, ação essa que só em 2018 realizou cerca de 4900 atuações. A Cedae também conta com dois projetos voltados para coibir lançamentos irregulares de esgoto: o Força Tarefa Canal das Taxas, que conta com a parceria de diversos órgãos, e o Programa Esgoto na ETE, que realiza vistorias para identificar imóveis que ainda não estão conectados à rede de esgotamento e pode orientar a forma correta de conexão na rede de esgoto.

Para 2019, a Cedae continuará com o olhar atento e determinado em melhorar nos campos social e ambiental, pilares fundamentais para a sociedade e de significativa relevância para a empresa.

Helio Cabral Moreira

Presidente

Atividades Sociais e Ações Ambientais Realizadas no Exercício de 2018

1. Sociedade

1.1 Capacitação e Inclusão

1.1.1 Projeto Replantando Vida – Ressocialização de Detentos

O Projeto Replantando Vida consiste em proporcionar a ressocialização e a inserção ao mercado de trabalho dos apenados em regime aberto e semiaberto do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro. Desde que foi implantado, em 2008, cerca de 3.000 apenados já passaram pelo programa. Essa mão de obra utilizada em parceria com a Fundação Santa Cabrini é utilizada para serviços nas tarefas de operação e manutenção dos nossos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim como nos serviços gerais nos setores administrativos, sendo que as mulheres apenadas trabalham em oficinas de confecção de variadas peças de uniformes para compor os Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's) sendo produzido em 2018 o total de 7.745 peças de EPI's além de 52.240 sacos de juta e TNT para acondicionar as plantas florestais produzidas em nossos viveiros de mudas e distribuídas a diversos órgãos ambientais públicos e privados. Iniciamos o ano de 2018 com 351 apenados e no decorrer do ano, foram contratados 345 trabalhadores oriundos do cárcere o que resultou em 696 pessoas beneficiadas pelo projeto neste período. Existem duas classes de remuneração mensal para os trabalhadores apenados, que intitulos ajudantes e monitores, os primeiros recebem remuneração de um salário mínimo regional de R\$ 954,00 e os demais em número de dezesseis, recebem R\$ 1.431,00. A Companhia tem melhorado a remuneração de alguns outros apenados como motivação por seu destaque profissional, assim como daqueles que desenvolvem tarefas em nossa oficina de costura, pois possuem qualificação específica. Todos os apenados recebem também auxílio transporte e o auxílio alimentação pelos dias trabalhados. O projeto já proporcionou em função de final de pena, a contratação pela conceituada Confecção South & Co. de cinco costureiras do projeto, além disso a Companhia possui em seus quadros três colaboradores concursados oriundos desse projeto.

Em 2018 a Companhia recebeu o Selo Resgata, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), este selo é uma estratégia do MJ para incentivar e reconhecer a responsabilidade social de empresas, órgãos públicos e empreendimentos de economia solidária em todo o país com a causa da ressocialização de egressos do sistema prisional.

1.2 Parceria

1.2.1 Educação Ambiental

Nossos Centros de Visitação Ambiental (CVA's) nos sistemas Guandu e Imunana Laranjal, por onde se processa o tratamento da água potável, e também as Estações de Tratamento de Esgotos (ETE Alegria) e Barra da Tijuca (ETE Barra), recebem visitas diárias de alunos de instituições do ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, além de professores e pesquisadores, com distribuição de material específico sobre o processo de tratamento de água e da coleta e tratamento dos esgotos. Os centros receberam em 2018, visitas de escolas e faculdades, com a participação de 570 alunos de ensino fundamental e do ensino médio e técnico profissionalizante, 3.341 de curso superior. Foram ainda realizados 20 eventos educativos abertos junto a população pelos nossos técnicos com a participação de 457 pessoas, com orientação do funcionamento do processo de tratamento da água por meio de uma mini Estação de Tratamento de Água – ETA, além das palestras sobre “Água de Reuso”.

1.2.2 Assistência a Menores Adolescentes

A Companhia disponibiliza vagas para jovens de idade entre 14 a 24 anos por meio do Programa Jovem Aprendiz, oferecendo formação Técnico-Profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos aprendizes. O desenvolvimento da aprendizagem se dá mediante a realização de atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva que são desenvolvidas no ambiente de trabalho, nas áreas administrativas, jurídica, contábil, financeira, comercial e operacional, sendo assim qualificados para a inserção ao mercado de trabalho. Ao final de 2018

mantínhamos 191 aprendizes, sendo 27 jovens portadores de deficiência física, sensorial ou mental, provenientes da Escola Favo de Mel (FAETEC) e do Programa Rio Solidário/DEGASE. O programa desde seu início já recebeu 1.418 jovens aprendizes para exercerem a função de auxiliar de escritório. Os jovens recebem os benefícios de um salário mínimo regional, auxílio-refeição, vale transporte e seguro de vida e cumprem uma jornada diária de trabalho de 6 horas, com exceção dos jovens portadores de deficiência que cumprem uma jornada de 4 hora diárias em setores internos nas atividades administrativas, comercial, contabilidade, financeira, informática e jurídica.

Como bom resultado desse nosso projeto, o jovem Rafael das Neves Rufino, portador da Síndrome de Down, que se dedica ao basquete desde criança, foi ao Panamá disputar os III Jogos Latinos Americanos das Olimpíadas Especiais, pela seleção brasileira, conquistando o terceiro lugar, recebendo a medalha de bronze no torneio.

1.2.3 Inclusão Social da Deficiência Física

Com o objetivo de disseminar perante a população, uma nova postura para a questão da deficiência física, a Companhia mantém em seus quadros 100 colaboradores portadores de deficiência, distribuídos no setor de atendimento ao público das nossas 26 agências comerciais, distribuídas pela região metropolitana e no interior do Estado do Rio de Janeiro. As tarefas laborais desses colaboradores, é a de atender e buscar solução para as demandas dos nossos clientes que procuram nossos atendimentos comerciais. Os colaboradores cumprem jornada de 8 horas diárias, recebendo em média de R\$ 1.375,40 de remuneração, vale transporte, ticket refeição no valor de R\$ 13,00 e participação em plano de saúde. Esse trabalho social é desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro de Pessoa Portadora de Deficiência Física (IBDD) e as avaliações de nossos gerentes, é que essa mão de obra apresenta ótima aptidão no exercício de suas atividades laborais, além do alto nível de dedicação e comprometimento com o trabalho e com a população atendida por esses colaboradores.

1.2.4 Apoio às Atividades Promovidas pela Fundação Abrinq

A defesa e o exercício da cidadania da criança e adolescente é a missão da fundação, além da garantia e potencialização e o acesso de jovens ao ensino fundamental e médio, assim como, a promoção de vidas saudáveis por intermédio do desenvolvimento de mais de sete milhões de crianças e adolescentes que participam e são beneficiadas com os projetos da fundação, objetivando a construção de uma sociedade mais justa. Em 2018 a Companhia manteve a parceria com a fundação, visando o fortalecimento, viabilidade e a continuidade dos projetos da instituição.

1.3 Tarifa Social

Com o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida para os nossos clientes de baixa renda, a Companhia operou com a tarifa social da ordem de R\$ 2,93 por m³ sendo a conta mensal fixa de R\$ 35,18 para o fornecimento de 6 m³ de água e a coleta de esgoto.

Essa tarifa social oferecida pela Companhia para essa classe de clientes, representa redução de aproximadamente 40% em relação as tarifas normalmente praticadas de água e esgotos. A população beneficiada com essa tarifa social em 2018 foi de 1.316.132 habitantes.

Ainda na linha de benefícios sociais, a Companhia manteve em 2018 os convênios com as entidades filantrópicas, por meio do termo de cooperação, Federação das Associações de Pais e Amigos Excepcionais do Estado do Rio de Janeiro (FEDAPES-RJ) e também com a Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro (FEASPERJ), isentando essas instituições da tarifa de água e esgotos nas unidades em todo o estado onde elas realizam suas atividades sociais. Essas associações promovem ações sociais direcionadas para os direitos das pessoas com deficiência, promoção a saúde para o envelhecimento saudável, apoio à família, trabalho na comunidade e inclusão escolar e no trabalho.

1.4 Ouvidoria Geral - Aproximação com a Sociedade

A ouvidoria tem por finalidade funcionar como agente controlador das demandas da população, promovendo mudanças e não apenas operar internamente como uma atividade de intermediação, viabilizando desta forma, o fortalecimento da relação com a sociedade no pleno exercício da cidadania, agindo de maneira proativa nos problemas potenciais causados pela insatisfação da população no que tange as atividades operacionais e administrativas da companhia, assegurando que a sociedade tenha voz ativa no processo decisório interno. No decorrer de 2018 a nossa ouvidoria efetuou 40.254 atendimentos sendo 29.716 por meio telefônico pelo nosso 0800, 2.506 presenciais, 3.941 por documentos, 328 por e-mail, 1.396 pela nossa agência reguladora AGENERSA e 2.367 por diversos outros meios. Desse total de atendimentos, foram finalizados e solucionados 91,0%. Os acessos a nossa ouvidoria geral são pelo telefone 0800-0316032 e pelo e-mail : ouvidoriageral@cedae.com.br.

1.5 Programa PEP-CEDAE – Ensaio de Proficiência para Laboratórios de Água, Esgotos e Áreas Afins

O programa tem por objetivo atuar como uma ferramenta de monitoramento e promoção da quantidade metrológica dos laboratórios do setor de saneamento e meio ambiente, além de ser um elemento facilitador para a implantação de sistemas de garantias de qualidade. A estrutura e organização do provedor e do programa de ensaios de proficiência seguem as recomendações da ABNT/ISO/IEC GUIA 43-1 - Ensaio de Proficiência por Corporações Internacionais. Em 2018 não houve rodada de PEP- CEDAE sendo que o programa funcionou voltado para as demandas de serviços dos nossos laboratórios para atendimento aos parâmetros de controle exigidos pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA. As inscrições para esse programa podem ser solicitadas pelo e-mail : pepcedae@cedae.com.br. Nesse período os nossos laboratórios realizaram 1.068.735 de análise de controle físico, químico e microbiológico de água, sendo 967.607 de rotina, 21.185 fora da rotina e 79.943 análises de esgotos.

2. Público Interno

2.1 Programa de Readaptação Profissional

O objetivo do programa é receber os nossos colaboradores que se encontram em situação de auxílio doença, encaminhados pelo órgão de previdência oficial, solicitando a indicação de uma nova atividade laboral. Os colaboradores são avaliados pelos membros da Comissão Permanente de Readaptação Profissional do setor de Medicina do Trabalho e Serviço Social da Companhia e, consequentemente elegíveis pelo médico do trabalho para o programa, sendo inseridos e treinados para o desenvolvimento de novas atividades de trabalhos que respeitam seus limites físicos, apontados pela previdência social quando do retorno do trabalho . Este programa é realizado em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e em 2018 foram atendidos 06 colaboradores sendo 01 com finalização de readaptação e 05 desligados do programa.

2.2 Programa de Prevenção à Dependência Química (PROPAD)

Os nossos colaboradores tem a opção de buscar o PROPAD para cuidar os problemas de alcoolismo e drogas, sendo submetidos a abordagens e orientações dos serviços sociais, com visitas hospitalares e domiciliares, e tratamento seriado com procedimentos de avaliações psicoterápicas e fonoaudiológicas, ambulatoriais domiciliares e fisioterapias domiciliares. O PROPAD atendeu neste período, 11 colaboradores, sendo 02 internados em clínicas especializadas, 03 em acompanhamento ambulatorial, 03 colaboradores excluídos do programa por serem inelegíveis e 03 optaram por não aderir ao tratamento proposto.

2.3 Desenvolvimento

2.3.1 Treinamentos

Neste período foram realizados 161 eventos de treinamento de capacitação com a participação de 2.673 colaboradores com carga horária de 36.592 horas com parcerias externas sendo todos esses eventos realizados nas instalações da nossa Universidade Corporativa – UniverCedae. Os treinamentos foram realizados em parcerias com instituições como Brasil Resgate, COAD, IDEMP, INBEP, SENAI, SH Treinamentos e Sociedade Brasileira de Metrologia.

2.3.2 Estágios

O nosso programa de estágio, prevê limite de 375 vagas para estágios sendo 155 para o nível médio e 220 para o nível universitário e terminamos o ano de 2018 com 255 estagiários na ativa. O programa de estágio é estruturado como previsto na Lei 11.788/2008 e tem por meta possibilitar condições aos estudantes de praticar seus conhecimentos em situações reais de trabalho, visando a formação do futuro profissional, sendo um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho. Além disso, o programa de estágio promove oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal, oferecendo aos jovens estudantes, a oportunidade de inserção ao mercado de trabalho e vivência de situações profissionais praticadas capazes de enriquecer a carreira profissional do estagiário. Os benefícios concedidos pela Companhia aos estagiários são bolsa-auxílio, auxílio-refeição, auxílio-transporte e seguro de vida e eles exercem suas atividades laborais nas áreas administrativas, operacional e gerencial da Companhia.

2.3.3 Bolsas de Estudos

Os nossos colaboradores recebem bolsas de estudos para utilização em instituições de ensino de inquestionável reputação, podendo ser utilizadas também pelos seus dependentes, para os cursos do ensino fundamental, médio ou médio profissionalizante. Em 2018 foram contempladas com as bolsas 07 colaboradores e 50 dependentes totalizando 57 bolsas de estudos concedidas, com valor unitário da bolsa de até R\$ 600,15.

2.3.4 Instrutoria Interna

O propósito da instrutoria é o de possibilitar a transferência dos conhecimentos obtidos pelos nossos colaboradores instrutores ao longo de suas carreiras profissionais e resgatar e valorizar o capital intelectual interno. A companhia sempre estimula essa prática e utiliza a sua Universidade Corporativa - UniverCedae para a efetivação dessas atividades. No decorrer de 2018 o projeto teve uma adesão de 15 instrutores que realizaram 652 horas/aulas nas mais diversas áreas da Companhia.

2.4 Segurança do Trabalho

O setor de segurança do trabalho, tem por objetivo prevenir e minimizar os riscos de acidentes nos ambientes de trabalho, em nossas unidades operacionais e administrativas, objetivando o crescimento e o aprimoramento das ações visando a eficácia da Gestão de Segurança e Saúde no âmbito da Companhia. Para conseguir resultados positivo o nosso setor de Engenharia de Segurança do Trabalho realizou neste período 2.351 inspeções de segurança em diversas unidades da Companhia, 191 Relatórios de Não Conformidade (RNC), 278 treinamentos nas mais variadas áreas, seja prevenção e combate a incêndio, práticas seguras no ambiente de trabalho, espaço confinado e diálogos de segurança. Foram realizados ainda 158 mapas de riscos essenciais para que o trabalhador tenha conhecimento dos riscos a que está exposto, 351 Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Foram realizadas 410 avaliações ambientais nos trabalhadores conforme exposição. Foram realizadas 8.559 inspeções nos extintores de incêndio, a fim de assegurar que estarão aptos ao combate a princípio de incêndio, caso necessário. A Companhia operou neste período com 48 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA's e foram realizadas 7 SIPAT's – Semana Interna de Prevenção de Acidentes. Foram realizadas 208 reuniões de CIPA. No decorrer de 2018 ocorreram 111 acidentes de trabalhos sendo 75 típicos, 34 de trajeto e 02 de

doenças ocupacionais, todos sem acontecimento de óbito. O montante de recursos gastos no ano de 2018 foi de R\$ 58.322,33. Sendo adquiridos os seguintes itens: equipamentos de medição e calibração de equipamentos.

2.5 Benefícios

2.5.1 Saúde e Assistência Médica

A Companhia oferece assistência médica objetivando promover o atendimento das necessidades dos nossos colaboradores e de seus dependentes. Para isso, mantém juntamente com os colaboradores participantes, a Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae-CAC, constituída na modalidade plano de saúde de autogestão, que em 2018 proporcionou cobertura para 21.384 colaboradores ativos, aposentados e dependentes. Além dessas atividades, a CAC mantém alguns programas preventivos de saúde voltados para os colaboradores participante do plano, conforme mencionado a seguir.

Pelo Programa de Saúde Ocupacional (PROSAO) foi realizado 4.893 exames clínicos periódicos anuais, 2.943 ultrassonografia da próstata, 412 ultrassonografia de mamas, além de outros. O Programa de Atendimento Domiciliar- PAD atendeu à 83 colaboradores, o Projeto de Controle de Pressão Arterial- PHA e o Projeto de Controle do Diabetes tiveram a participação de 404 colaboradores, os Programas de Prevenção Global para Idoso – PGI, que atende aos pacientes de alto risco portadores de doenças crônicas e que demandem controle e cuidados mais específicos por parte de equipe técnica da CAC, atualmente 148 associados estão em acompanhamentos nestes programas. Neste período foi mantido o Programa de reeducação alimentar (REEDUCAR) que atendeu 28 colaboradores e foi ainda realizada campanha de vacinação contra a gripe que atendeu 3.450 colaboradores.

2.5.2 Auxílio Creche e Pré-Escolar

A Companhia investiu neste período o montante de R\$ 2.299 com o auxílio oferecido aos colaboradores que possuem filhos com idade máxima de até 6 anos e 11 meses, no valor unitário limitado de até R\$ 650,36 para creche e jardim de infância. Neste ano receberam o benefício 283 colaboradores sendo contemplados 308 beneficiários.

2.5.3 Auxílio Filho Excepcional

A Companhia oferece verba indenizatória mensal de até R\$ 1.017,64 aos nossos colaboradores ativos que tiver filho ou dependentes reconhecidos como tal pela previdência social oficial ou tutelados na forma da legislação federal específica e que necessitam de cuidados especiais. O objetivo do auxílio é proporcionar melhoria da qualidade de vida da pessoa com necessidades especiais de qualquer origens, natureza e gravidade e por consequência apoiar os colaboradores que possuem casos deste tipo em sua família. Neste período foram beneficiados 142 colaboradores, com investimento da ordem de R\$ 1.672 para essa ação.

2.5.4 Auxílio Alimentação

Esse benefício é concedido aos nossos colaboradores por meio de um Ticket-Refeição por dias trabalhados em quantidade máxima de 24 tickets sendo o valor mensal de R\$ 764,64. A partir desse período a Companhia, por meio de acordo coletivo, passou a conceder o Ticket Café da Manhã também por dia trabalhado totalizando R\$152,88 por mês, sendo contemplados pelos dois benefícios todos os colaboradores de níveis fundamental, médio e superior das áreas operacional, comercial, administrativa e financeira, inclusive os ocupantes das funções de cargo de confiança.

2.5.5 Auxílio Transporte

De forma opcional o vale transporte para uso nos meios de transportes oficiais do Estado do Rio de Janeiro Fetranspor, Setransol, Sindpass, de acordo com a legislação federal pertinente a essa matéria, foi concedido o auxílio nesse período a 2.414 colaboradores.

2.5.6 Previdência Complementar

Com o objetivo de proporcionar aos nossos colaboradores participantes do plano, uma renda complementar no momento da aposentadoria, a Companhia patrocina em conjuntos com os colaboradores que aderiram ao plano, o Fundo de Previdência Complementar-Prece, constituída na modalidade de fundo de pensão fechada, que funciona como uma ferramenta de política de recursos humanos. Durante o ano de 2018 ingressaram no plano 67 colaboradores assistidos. Ao final desse período a Prece mantinha 3.354 participantes assistidos, 3.109 aposentados e 3.140 pensionistas. Em 2018 se desligaram do plano 307 participantes. A Prece oferece aos participantes empréstimos com taxas de juros mais atrativos do que no mercado e realizou para os nossos colaboradores cursos e palestras tais como: “Conversando sobre o Futuro”, que se divide em três módulos, “Princípios Básicos de Educação Financeira”, “Planejamento, Crédito e Matemática Financeira” e “Indicadores Econômicos e Investimentos”, com o objetivo de disseminar a importância e a necessidade de administrar e controlar recursos financeiros, de forma consciente, visando a relevância de possuir um plano de previdência complementar.

2.5.7 Programa Maternidade Cidadã

A Companhia libera para amamentação de seus filhos recém nascidos, suas colaboradoras por mais 60 dias da licença maternidade, contados do término da licença prevista no art. 7º de nossa Constituição Federal, sendo beneficiadas com esse programa, neste período, 21 colaboradoras.

2.6 Relacionamentos com entidades sindicais

A Companhia sempre manteve bom relacionamento com as entidades sindicais representativas dos nossos colaboradores, por onde concede vários benefícios sociais, tais como, bolsas de estudos extensivas aos dependentes, auxílio creche, auxílio dependente químicos, auxílio portador de deficiências e outros. O nosso Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi assinado com as entidades sindicais em 12 de setembro de 2018 para o período de 2018/2020 e concedeu um reajuste salarial de 2,60% em janeiro de 2019, com aumento da cesta básica, auxílio alimentação e demais benefícios.

2.7 Coibição de práticas discriminatórias, e implantação de Código de Ética

A Companhia por meio de sua área de recursos humanos da Diretoria de Gestão de Pessoas – DH, desenvolve campanhas de conscientização e orientação destinadas aos colaboradores e aos gerentes, sobre temas como o assédio moral, o assédio sexual e outras formas de discriminação de sexo, raça, religião ou ideologia política, com o objetivo de prevenir a ocorrência de tais distorções e coibir atos e posturas discriminatórias nos ambientes de trabalho e na sociedade de forma geral.

A Companhia implantou em 2018 um Código de Ética com intuito de expressar seus princípios e valores. Além das leis vigentes, o documento serve como guia para as atitudes e os comportamentos de todos os nossos colaboradores, terceiros e parceiros de negócios. Neste contexto, disponibilizamos um Canal de Ética, por meio do qual os nossos colaboradores podem fazer relatos de casos de qualquer natureza e que os mesmos acreditam estarem indo contra as leis ou o próprio nosso Código de Ética. Com o apoio deste canal, a Companhia promove a cultura da transparência, da ética e da integridade. Além disso, o canal inibe condutas contrárias aos princípios e aos valores da Companhia e, como resultado, mantemos um ambiente de trabalho melhor e livre de irregularidades.

3 Meio Ambiente

3.1 Reutilização da Água

Neste período foram produzidos nas nossas Estações de Tratamento de Esgoto da Penha – ETE Penha e ETE Barra mais de 58.319 m³ de água de reuso, utilizados internamente para diluições de polímeros, lavagem de centrifugas e ruas nos pátios internos das estações, lavagem de logradouros públicos e desobstrução de galerias de esgoto (caminhão sewer-jet), irrigação e jardinagem liberando assim a água potável para usos mais nobres, como também, disponibilizados para órgãos externos nos pontos de abastecimento para a Companhia de Limpeza Urbana – COMLURB, para utilização de lavagem de vias públicas e para a Fundação Parques e Jardim para uso nos serviços de regar jardins públicos. A Companhia vem estimulando seus clientes industriais a utilizarem água de reuso. A nossa Estação de Tratamento de Águas Cinzas – ETAC instalada no prédio sede da Companhia, possibilitou o reaproveitamento de 1.376 m³ de água de pias, lavatórios, ar condicionado e águas pluviais captadas das chuvas, todas reutilizadas nos sistemas de descargas sanitárias e ainda para regar jardins a volta do prédio.

3.2 Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Licença Ambiental

Preocupada sempre com as questões do meio ambiente, a Companhia efetuou pedidos de licenciamento ambiental e solicitação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos. Foi requerido em 2018 o total de 25 licenças ambientais e 86 licenças relacionadas a recursos hídricos, junto aos órgãos Federal, Estadual e Municipais. Sendo 36 licenças relacionadas a recursos hídricos, das quais, 19 outorgas e permissões de uso de água de captação, 15 outorgas de lançamento de efluentes e 02 autorizações de travessias de adutoras. Além disso protocolou 50 solicitações de manifestação do órgão gestor confirmando a desnecessidade de outorga para lançamentos que não ocorram em corpos hídricos. Neste mesmo período, a Companhia recebeu 52 novas licenças, sendo 26 ambientais e 26 relacionadas a recursos hídricos.

3.3 Replanteio de mudas nativas às margens dos Rios Guandu e Macacu

Na bacia hidrográfica do Rio Guandu, foi realizado em 2018 pelos apenados do Programa Replantando Vida, o plantio de 12.325 mudas florestais nas áreas do Município de Queimados, inclusive na Mata Ciliar do Rio Guandu. Também foram plantadas 276 mudas florestais na área do desarenador (separador) da ETA Guandu, como forma de proteção das instalações. Através de parcerias com outras instituições, foram disponibilizadas para plantio um total de 66.839 mudas florestais, abrangendo 16 municípios na bacia hidrográfica. Visando aumentar a contribuição para a restauração florestal na Bacia do Rio Paraíba do Sul, foram disponibilizadas para instituições parceiras e produtores rurais 50.314 mudas florestais para plantio. As ações abrangeram desde o médio Paraíba, até municípios do baixo Paraíba, como Italva. Essas parcerias são muito importantes, visto a limitação logística da mão de obra apenada do programa, que não pode trabalhar em um raio muito extenso do local onde cumpre sua pena. Foram consolidadas importantes parcerias para ampliar a atuação da Companhia na restauração florestal e estreitar os laços com instituições e indivíduos que compartilham com as premissas de recuperação ambiental das áreas prioritárias para melhoria da qualidade e quantidade de água. Foram organizadas ações conjuntas de plantio em 29 municípios do Estado, em que a Companhia apoiou os projetos oferecendo mudas florestais produzidas em seus viveiros e as instituições parceiras ficaram responsáveis pela execução e manutenção dos plantios. Como fruto dessas parcerias com prefeituras, ONG's, associações e moradores dos municípios abrangidos pelas ações e o estreitamento dos relacionamentos com a Companhia, foram plantadas em 2018, aproximadamente, 116.135 mudas florestais. Em nossos viveiros de mudas nativas da Mata Atlântica foram produzidas entre 2015 e 2018 a quantidade aproximada de 1.698.340 mudas. Dando continuidade à atividade de coleta de sementes florestais a fim de garantir a qualidade das mudas e aumentar a diversidade das espécies produzidas, neste ano foram coletadas pela equipe da Companhia sementes de 124 espécies naturais da Mata Atlântica, o que ajudou a manter a produção e elevar a diversidade de espécies em nossos viveiros, que fechamos o ano de 2018 com uma diversidade de 247 espécies. Os nossos técnicos mantêm os seus viveiros de mudas florestais devidamente registrados junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) onde foram registrados quatro coletores de sementes florestais, sendo

dois colaboradores da Companhia e dois apenados do Programa Replantando a Vida. Outra atividade importante desenvolvida nesses últimos anos, foi a consolidação do uso de lodo do esgoto como substrato para produção de mudas florestais em nossos viveiros, o que minimizou a dependência de insumos externos, diminuiu o custo de produção e proporcionou a melhoria das mudas, além de ser uma forma mais adequada para a disposição sustentável para este resíduo dos esgotos tratados pela Companhia.

3.4 Preservação de Recursos Hídricos

Os replantios já realizados em anos anteriores nas margens do rio Guandu e Macacu sofreram as manutenções constantes, garantido assim, o sucesso do reflorestamento. Neste período foram replantadas 12.325 mudas em áreas de mata ciliar do Rio Guandu e 7.400 mudas às margens do Rio Macacu, com utilização de mudas produzidas pelo Projeto Replantando Vidas e a utilização de mão de obra de apenados do regime semiaberto vinculados ao projeto. As áreas reflorestadas localizadas as margens do Rio Macacu, reflorestada pelo Projeto Replantando Vidas no período de 2008 a 2012, foram novamente escolhidas para compor as visitas de campo de alunos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, como modelos de recuperação de matas ciliares voltados para a preservação de recursos hídricos, indicando assim o sucesso das ações de reflorestamento praticadas pela Companhia. Em 2018 a Companhia, em parceria com a Prefeitura de Maricá, plantaram 1.300 árvores nas margens do Rio Ubatiba. O Instituto Estadual do Ambiente – INEA é o órgão responsável pelas ações de recuperação de mananciais e rios, bem como, reflorestamento de matas ciliares, desassoreamento dos leitos e despoluição de rios, como também, a recuperação das bacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, e para isso a Companhia repassou ao instituo a importância de R\$ 41.203 objetivando a preservação dos recursos hídricos do Estado.

3.5 Coleta Seletiva Solidária e Descartes de Lâmpadas Descontaminadas.

Em 2018 foi realizada a coleta seletiva em nosso prédio sede que proporcionou a coleta de 7.410 kg de materiais recicláveis como papelão, papel comum, plásticos e alumínio, todos doados a Cooperativa Ecco Ponto Brasil Sustentável. Com a destinação adequada desses materiais foi possível economizar 18,5 MWh de energia, preservar 204 unidades de árvores e 39 barris de petróleo.

Também por meio da nossa área de Gestão Ambiental, foi implementado campanhas nos setores da Companhia para destinação adequada de lâmpadas fluorescentes e materiais recicláveis. Foram destinadas adequadamente 2.100 lâmpadas inservíveis para descarte, em 1 campanha realizada internamente na Companhia, que foram descontaminadas e encaminhadas para a indústria recicladora.

Todos esses trabalhos foram realizados em conformidade com as especificações técnicas do Instituto do Ambiente-INEA o que possibilitou o descarte de forma ambientalmente correta.

Quadro de Indicadores – CEDAE

1 - Base de Cálculo	2018			2017		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	5.433.386			4.767.410		
Resultado operacional (RO)	1.390.013			483.505		
Folha de pagamento (FP)	762.508			735.742		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FP	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FP	% sobre RL
Alimentação	79.200	10,39	1,46	82.213	11,17	1,72
Encargos sociais compulsórios	257.273	33,74	4,74	235.597	32,02	4,94
Previdência privada	29.570	3,88	0,54	27.928	3,80	0,59
Saúde	132.385	17,36	2,44	133.917	18,20	2,81
Segurança e medicina no trabalho	647	0,08	0,01	513	0,07	0,01
Educação	456	0,06	0,01	539	0,07	0,01
Cultura	0	0	0	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	458	0,06	0,01	288	0,04	0,01
Creches ou auxílio-creche	2.411	0,32	0,04	2.279	0,31	0,05
Participação nos lucros ou resultados	27.551	3,61	0,51	22.388	3,04	0,47
Outros- vale transporte	9.350	1,23	0,17	8.311	1,13	0,17
Total - Indicadores sociais internos	539.301	70,73	9,93	513.973	69,86	10,78
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.706	0,19	0,05	2.706	0,56	0,06
Cultura	0	0	0	0	0	0
Saúde e saneamento	1.939.582	139,54	35,70	1.776.104	367,34	37,26
Esporte	0	0	0	0	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total das contribuições para a sociedade	1.942.288	139,73	35,75	1.778.810	367,90	37,32
Tributos (excluídos encargos sociais)	430.105	30,94	7,92	942.874	195,01	19,78
Total - Indicadores sociais externos	2.372.393	170,67	43,66	2.721.684	562,91	57,10
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	235.129	16,92	4,33	159.595	33,01	3,35
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0	0	0	0	0
Total dos investimentos em meio ambiente	235.129	16,92	4,33	159.595	33,01	3,35
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	5.431			5.531		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	58			66		
Nº de estagiários(as)	255			250		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	4.406			4.409		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	676			686		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	27,45			26,96		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	509			516		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4,28			4,20		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	184			186		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2018			Metas 2019		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8			8		
Número total de acidentes de trabalho	107			96		
FAP - Fator Acidentário de Prevenção	1,2025			1,2679		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) emp regados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 40.254	no Procon 567	na Justiça 5.562	na empresa 30.191	no Procon 425	na Justiça 4.172
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 91,05%	no Procon 85%	na Justiça 77,68%	na empresa 91%	no Procon 85%	na Justiça 78%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2018: 3.492.186			Em 2017: 2.628.676		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	38% governo 6% acionistas	33% colaboradores (as) 5% terceiros	18% retido	35% governo 3% acionistas	44% colaboradores (as) 9% %terceiros	9% retido
7 - Outras informações						
1) A Companhia atua na atividade de Saneamento Básico com sede no município do Rio de Janeiro/RJ e é identificada pelo CNPJ Nº 33.352.394/0001-04 emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB						
2) A CEDAE não utiliza mão de obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não envolvendo-se com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.						
3) A Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente e colhe as práticas discriminatórias.						

Responsável pela elaboração do Balanço Social: Renato Ferreira Coelho
Tel: (021) 2332-3671 e-mail: renato.f.coelho@cedae.com.br